

JOSÉ JANUÁRIO DE OLIVEIRA AMARAL

TERRA VIRGEM TERRA PROSTITUTA
(O Processo de Colonização Agrícola em Rondônia)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TERRA VIRGEM TERRA PROSTITUTA

(O Processo de Colonização Agrícola em Rondônia)

JOSÉ JANUÁRIO DE OLIVEIRA AMARAL

Profª Dra. IRACI GOMES DE V. PALHETA
ORIENTADORA

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia Humana, Departamento de
Geografia, Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas/USP.

"...sabe, aqui antigamente, no tempo que não tinha colonização com esses pessoal ai do sul; no tempo que a terra era virgem, era um tempo de muita fartura, eu era livre como esses pássaros. Agora depois que os governos apoia a colonização tudo virou bagunça. A terra agora tem dono. Eu não entendo que agora eu não posso mais entrar naquela mata. Disseram que ali já tem dono. Mas como, ali não pode ter dono não senhor. Tá igual quando a gente chega ali na corrutela do garimpo de ouro do Rio Madeira, quando você olha uma mulher e chega um e diz: Epa! Ela já tem dono. A nossa terra tá igual a uma prostituta do garimpo, sempre chega um e diz que já tem dono. Como pode ser possível?" (ex-seringueiro/Sidney Girão, 1992)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado do esforço de muitos. Com ou sem manifestação nominal, a todos, de diferentes maneiras, sou muito grato.

Quero, de forma toda especial, agradecer aos que, mais direta e incisivamente, contribuíram para a sua realização:

- aos seringueiros e aos colonos do PIC Sidney Girão, generosos informantes e principais atores envolvidos nesta pesquisa;

- à professora Dra. Iraci Palheta que me incentivou e com infinita paciência me orientou na pesquisa e na reflexão para poder apreender aquilo que as aparências encobrem;

- à minha mãe Maria Tavares e meus quinze irmãos, que não estão nominados por razões óbvias;

- a Valter, Nídia, Maigon, Maurício e Arley, eles sabem o porquê;

- aos amigos e professores da Universidade Federal de Rondônia Ari Ott, Miotello, Isabel, Josué, Dorisvalder e Graça;

- e, finalmente à Universidade Federal de Rondônia - UNIR, e ao CNPQ cujo financiamento tornou possível este trabalho.

A todos sou devedor.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apreender e interpretar as transformações sociais ocorridas em Rondônia, promovidas pelo processo de colonização agrícola empreendido pelo governo brasileiro na década de setenta, na região amazônica.

O processo de colonização insere-se num contexto mais amplo de redefinição da sociedade brasileira, sendo, simultaneamente, resultado e condição do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil contemporâneo.

Ele surge num contexto de crise gerada pela expropriação e causada pelo movimento do capital e objetiva resolver a crise mantendo os interesses das elites rurais.

A pesquisa reconstitui algumas das dimensões constitutivas do processo de colonização, quais sejam:

- mostra como o desenvolvimento das relações capitalistas incorpora de forma desigual o espaço;
- o estudo da migração contribui para entender a articulação e desarticulação cultural dos agentes sociais, bem como a intervenção destes grupos na natureza.
- e, por último, analisa a relação homem/natureza na visão dos colonos e seringueiros.

PALAVRAS CHAVES

CAMPONÊS; COLONIZAÇÃO; TERRA; AMAZÔNIA; RONDÔNIA;

SUMÁRIO

PÁGINA

Agradecimentos.....	03
Resumo.....	04
Palavras Chaves.....	04
1. - Introdução.....	06
2. - A Colonização Agrícola na Expansão das Relações Capitalistas na Amazônia.....	16
2.1 - Colonização de Novas Terras: de Sua Aborda- gem Teórica a Sua Prática no Brasil.....	16
2.2 - Conquista e Ocupação da Região: dos Primór- dios ao "Rush" da Borracha.....	22
2.3 - A Colonização Agrícola de Novas Terras na Amazônia.....	34
2.4 - A Colonização e Produção do Espaço Agrícola em Rondônia.....	46
3. - A Relação Homem/Natureza nas Novas Terras e o Sentido da Colonização.....	53
3.1 - A Relação Homem/Natureza nas Novas Terras..	53
3.2 - O Sentido da Colonização.....	63
4. - Os Velhos e os Novos Homens na Colonização.....	75
4.1 - Sem a Mata Não se é Gente.....	75
4.2 - O Estigma dos Homens da Floresta e o Difí- cil Aprendizado dos Colonos.....	85
4.3 - Da Reconquista da Terra à Irrracionalidade da Racionalidade da Modernização Tecnológica.....	93
4.3.1 - Situação Social de Origem dos Colonos.....	97
4.3.2 - O Processo Produtivo.....	98
4.3.3 - O colono Tomando Consciência de seu Papel Político.....	105
5. - Conclusões.....	111
6. - Bibliografia.....	117
7. - Glossário.....	125
8. - Siglas.....	126

1 - INTRODUÇÃO

A multiplicidade dos métodos de investigação a que os geógrafos podem ter acesso abre, naturalmente, possibilidades para novas fronteiras e explorações. Mas, para isso, segundo FRÉMONT (1980:92), "o método geográfico tem de ser despojado das suas ambiguidades. A mais ridícula é sem dúvida a que pretende fazer da geografia uma **disciplina de síntese**, para distingui-la das outras atividades de investigação, como se cada disciplina, no seu próprio campo de ação, não tivesse uma aptidão e uma vocação para a síntese... Uma outra ilusão consiste em fazer da geografia uma ciência do **homem** ou do **concreto**, subentendendo assim que as outras matérias ignoram o **homem**, mesmo quando se chamam sociologia ou psicologia, ou o **concreto**, mesmo quando aplicadas às atividades econômicas."

Entende-se também que o saber geográfico não é construído no vazio. Ele se dá num contexto socialmente produzido, ou seja, os modos de pensar a Geografia são resultado direto do contexto histórico-social, político, econômico e cultural.

A nova perspectiva metodológica aponta para a necessidade de se repensar a relação homem-natureza.

Segundo CARLOS (1982:136), "na realidade o que nos parece estar em questão num primeiro momento é o papel do homem na análise geográfica. O homem não é analisado como

integrante de uma coletividade ou grupo. Agora pensa-se o homem enquanto sujeito, num processo amplo de reprodução, que ultrapassa a mera reprodução material. A dificuldade surgida nessa perspectiva de análise refere-se ao uso do método." Neste sentido MONBEIG (S/D:50), chama nossa atenção ao esclarecer que "o homem seja verdadeiramente considerado como outra coisa além de uma casa, de um trator ou de uma estatística. Se o homem, o homem em sociedade, constitui o centro da Geografia Humana, deve aparecer de maneira total, com seus modos de vida e com seus modos de pensar, que afinal se confundem."

Pode-se afirmar que as pesquisas em Geografia Humana apontam para a existência de uma gama de enfoques e abordagens metodológicas, garantindo a riqueza do processo de produção do conhecimento nessa área do saber.

Quanto à prática da pesquisa de campo FRÉMONT (IDEM:94) ainda alerta afirmando que: "a Geografia não pode contentar-se com práticas folclóricas. Se é conveniente não diminuir o calor das relações entre o investigador e o investigado, a abordagem do homem na sua região implica também rigor, sem o que relações e conclusões serão enviesadas, deformadas."

Um ponto fundamental a ser considerado diz respeito à **observação** durante o trabalho de campo. Para isso o **escutar** e o **olhar** constituem atividades fundamentais, sem que se vise um retorno ao empirismo ou ao senso comum. A preocupação é com o seu conteúdo, com as nuances que a atividade de pesquisa pode revelar, desvelar ou esconder.

No campo, procuramos anotar as observações e impressões que presenciávamos e sentíamos em um caderno de campo. Paralelamente realizávamos entrevista de caráter qualitativo registrada em fitas cassete, utilizando um gravador de bolso.

Segundo QUEIROZ (1988) nessa técnica de pesquisa o pesquisador é guiado por seu próprio interesse ao procurar um narrador, pois pretende conhecer mais de perto, ou então esclarecer algo que o preocupa; o narrador, por sua vez, quer transmitir sua experiência, que considera digna de ser conservada e, ao fazê-lo, segue o pendor de sua própria valorização, independentemente de qualquer desejo de auxiliar o pesquisador. Em nossas entrevistas, após longas conversas, começávamos a gravar o "relato" do narrador, interferindo o mínimo. Quando possível e necessário foi realizada mais de uma entrevista com o mesmo informante em dias diferentes, para complementação de informação e ou para confrontar os relatos.

As entrevistas, nesta pesquisa, se definem como o relato de um narrador sobre sua experiência ligada com a atividade de colonização agrícola, procurando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu.

A pesquisa de campo é importante porque revela questões que geralmente não seriam percebidas sem a observação direta. Uma questão que consideramos importante em nosso estudo é a relação do colono com os seringueiros que

residiam nas novas terras. Este aspecto da pesquisa foi verificado quando entrevistávamos um seringueiro numa área de contato de colonização. O mesmo falava de sua visão de natureza muito particular e do estigma que sofria por parte dos colonos. Ao chegar em uma escola rural percebemos que a visão representada em um desenho de um filho de colono apresentava a mesma natureza de que o seringueiro havia nos falado, porém com aspecto completamente diferente. Foi desta maneira que passamos a verificar que o olhar do seringueiro percebia o açaizeiro, enquanto o colono, ao olhar para a mesma árvore, percebia um palmiteiro. Esta situação vivenciada em campo nos levou a uma postura metodológica que procurou desvendar mais este aspecto do ver e do olhar (com toda a carga cultural dos sujeitos), nas entrevistas que passamos a realizar daí por diante.

Foi verificado, no decorrer da pesquisa, que os dados estavam necessitando de complementação empírica não presente nos relatos. Estes dados foram completados por material coletado sobretudo no INCRA e na Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia.

Não utilizamos técnicas quantitativas com os colonos, entendendo que, se assim procedêssemos, reduziríamos os dados da realidade à frieza dos números. A técnica da amostragem com a aplicação de questionário, com perguntas fechadas, aparentemente surge como sendo a mais adequada para se obter dados objetivos. Porém, os valores culturais e emoções ficariam escanoteados nos dados estatísticos. No

entanto, não negligenciamos a utilização de série estatística no sentido de complementar informações que seriam impossíveis de obter em campo.

Foi com estas preocupações que, durante o segundo semestre de 1991, o ano de 1992 e primeiro semestre de 1993, realizamos pesquisa de campo obtendo relatos de colonos nos vários projetos de colonização, porém foi dada maior ênfase na pesquisa aos colonos do PIC Sidney Girão.

Para configurar a questão da relação homem/natureza na colonização agrícola optou-se pelo PIC Sidney Girão, que dentro do conjunto dos projetos é o único que está fora da BR 364. Foi financiado com recursos do PIN; o objetivo inicial do projeto era expedir título definitivo de 1.500 lotes de 100 hectares para famílias de pequenos produtores, o INCRA só conseguiu assentar 638 famílias. Este fato ocorreu devido a demarcação das parcelas serem interditadas pela FUNAI, uma vez que o projeto abrange a área dos índios Pacaás-Novos, e os trabalhos de topografia não foram concluídos; no projeto havia previsão de implantar dois núcleos urbanos, e estes até hoje não foram implantados. A distância do mesmo a Porto Velho, Capital de Rondônia, é de aproximadamente 300 km. e a via de acesso é pela BR 425; está localizado no centro de três reservas indígenas: Área Indígena Ribeirão e Área Indígena Lage (dos índios Pacaás-Novos) e a área Indígena Karipuna (dos índios Karipuna).

Apesar do projeto estar inserido no centro de reservas indígenas não trabalharemos a qualidade da relação

homem/natureza com estas, pois para isto seria necessário uma instrumentalização metodológica que não dispomos no momento desta pesquisa.

Conforme demonstra a tabela 01, o quadro sobre a origem dos colonos destinados para o projeto PIC Sidney Girão apresentava a seguinte composição:

TABELA 01 - ORIGEM DOS COLONOS DO PIC - SIDNEY GIRÃO

REGIÃO	NASCIMENTO	PROCEDÊNCIA
NORTE	3,7	8,0
NORDESTE	50,5	16,0
SUDESTE	38,4	16,8
CENTRO-OESTE	3,7	3,7
SUL	3,7	20,8

FONTE: INCRA/PIC Sidney Girão - 1976

Esta situação levou os colonos de origem do Centro-Sul e também técnicos de agências governamentais a reproduzirem um discurso discriminatório. Dizem que o projeto não apresentava boa produção pelo fato de ter muitos "nortistas". Porquanto, verificamos em campo, como também em trabalhos científicos, que os solos do PIC Sidney Girão se apresentavam como as piores dentre todos os projetos da década de setenta, conforme FEARNSSIDE (1988).

Ao analisarmos a documentação do INCRA constatamos um outro aspecto diferenciador dos demais projetos de colonização. O custo de assentamento de uma família de colono no Sidney Girão foi equivalente aproximadamente ao assentamento de seis parceleiros no PAD Mal. Dutra, por exemplo, conforme tabela 02.

TABELA 02 - CUSTO PARA ASSENTAMENTO DE UMA FAMÍLIA DE COLONO

PROJETO	CUSTO EM CRUZEIROS */	EM DÓLARES **
OURO PRETO	569.917,38	4.990,00
SIDNEY GIRÃO	1.352.167,57	11.857,00
GY-PARANÁ	324.804,99	2.841,00
ADOLPHO RPHL	368.281,33	3.227,00
P. ASSIS RIBEIRO	607.936,48	5.262,00
BURAREIRO	366.424,83	3.209,00
MAL DUTRA	214.781,52	1.876,00

FONTE: INCRA/ Doze Anos de Colonização em RO. 1982.

* Preços constantes de 1982.

** Valores em dólares - junho de 1982.

Como justificar tantos investimentos em áreas de terras impróprias para o cultivo agrícola? Só entenderemos esta irracionalidade se olharmos pela ótica da geopolítica militar do período de 1970. O projeto está situado na faixa de fronteira do Estado de Rondônia com a Bolívia, apresentando pouca densidade populacional.

Estas foram algumas das razões que fizeram do PIC Sidney Girão, o projeto por nós escolhido para analisar a questão da relação homem/natureza.

O corpo teórico de nosso trabalho está centrado em autores como Tavares dos Santos, Martins, Umbelino de Oliveira, Calabi e Indovina no que diz respeito ao entendimento da complexidade e do movimento social e econômico da realidade que envolve o processo de colonização agrícola no Estado de Rondônia.

Outra questão teórica de nosso trabalho está relacionada à construção e compreensão da "nova natureza"

produzida pelos colonos nas novas terras. Neste ponto estamos basicamente orientados por Frémont, Goffman, Waibel, Smith e Isnar.

Relacionamos as duas abordagens com a compreensão do camponês em sua totalidade, entendendo sua internalidade, e suas múltiplas relações; também como ocorre a inserção deste modo de viver no interior do modo de produção capitalista. Para tanto nos orientamos em autores como Moura, Chayanov, Polanyi, Cândido, além dos outros já citados.

Para uma instrumentalização metodológica buscamos orientação nos trabalhos de Lacoste, Kayzer, Brandão, Polanyi e Queiroz.

As questões trabalhadas estão detalhadas em forma de capítulos. Trata-se de uma abstração que permite que sejam analisados separadamente. A consciência disso impede que as diferentes questões sejam alienadas. São, na verdade, as múltiplas e complexas relações entre as várias dimensões constituintes do processo de colonização que procuramos desvelar de uma maneira compreensível.

No primeiro capítulo - introdutório, procuramos situar considerações teórico-metodológicas sobre a pesquisa de campo. Passando por um rápido relato da experiência de campo do pesquisador e a escolha do objeto.

O segundo capítulo procura reconstituir a questão da colonização agrícola no movimento de expansão das relações capitalistas. Partindo de autores clássicos que trataram o

tema, como por exemplos WAKEFIELD e MARX até produções recentes como TAVARES DOS SANTOS.

São analisadas as condições econômicas, jurídicas, políticas e sociais que tornaram Rondônia um espaço geográfico privilegiado pelas agências governamentais para promoção da colonização agrícola de caráter oficial.

O terceiro capítulo trata de reconstituir uma relação entre o processo de colonização agrícola e a qualidade da relação homem/natureza que os atores sociais apresentam. Como se constitui o processo de produção material e simbólico da natureza, na área do projeto de colonização Sidney Girão.

O quarto capítulo é eminentemente empírico onde procura-se explicitar a questão da relação homem/natureza na ótica dos agentes sociais envolvidos diretamente no processo de colonização: os colonos e os seringueiros. Nesta parte retoma-se, amplia-se, e especifica-se a discussão do capítulo anterior, delineando na prática os diferentes processos históricos de produção da natureza em Rondônia; finalmente, descreve-se e analisa-se as diferentes etapas do processo produtivo dos colonos do PIC Sidney Girão.

As dimensões, analisadas na perspectiva da colonização, constituem, na realidade, o movimento da sociedade ancorada pelo desenvolvimento das relações capitalistas que procuram expandir as relações de mercado sobre a totalidade do território brasileiro. Pelo fato do processo de colonização agrícola expressar essas dimensões, ele representa uma forma

de expansão da sociedade nacional nas novas terras.
Interpretar a colonização representa revelar essas
dimensões.

2 - A COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA NA EXPANSÃO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NA AMAZÔNIA

2.1 Colonização de Novas Terras: da Abordagem Teórica a sua Prática no Brasil.

Há séculos a colonização de novas terras tem sido objeto de formulações teóricas por parte de pensadores e políticos das mais diferentes visões. Conforme STONE (1970: 225),

"desde os tempos da velha Geografia até o presente, o estudo da forma de colonização rural e do processo de colonização rural tem sido parte importante dessa disciplina. Uma grande herança de análises foi deixada por geógrafos do século XIX, tais como von Richthofen e Hettner, bem como por membros de disciplinas irmãs, como o historiador-pesquisador Meitzen e Gradmann. Essa contribuição foi enriquecida por estudos internacionais, particularmente nos aspectos morfológicos, por geógrafos do começo do século XX, tais como Schluter, Kotzschke, Demangeon, Lefreve, Grano e Bowman."

A concepção que STONE (1970:237) apresentava da colonização estava assim delineada:

"seria aconselhado um grau de planejamento locacional detalhado ... Não bastava simplesmente permitir ou incentivar a colonização e proporcionar alguns serviços públicos; a seleção dos colonos deveria ser considerada como o mais importante elemento do processo. Além disso, deveria-se fazer a seleção

apenas em termos de uma área para a qual as pessoas estão se deslocando, e não em termos de importância de um problema da localidade da qual eles vêm.”

A respeito da colonização WAKEFIELD (1834:342), por exemplo, diz que:

Duas coisas são indispensáveis para existência de uma colônia: 1) Terras devolutas, isto é, terreno que ainda não pertença a indivíduo algum, porém que possa vir a pertencer por intervenção do governo; 2) a emigração de gente e sua remoção para se estabelecer em lugares novos.

Pode-se imaginar o que significou a colonização de novas terras para a Europa, em pleno mercantilismo: a maciça exploração das colônias. As colônias reavivaram o ímpeto predatório e mercantil que levou à aceleração econômica da Inglaterra, por exemplo. E WAKEFIELD foi um defensor árduo da política de colonização. A visão dos colonizadores europeus estava impregnada de preconceitos e etnocentrismos. Inclusive a política era “remover” a população excedente para as novas terras.

Para contrargumentar esta idéia TODOROV (1991:190) diz que: “não somente a terra não é o centro do universo como nenhum ponto físico o é; a própria noção de centro só faz sentido em relação a um ponto de vista particular: o centro e a periferia são noções tão relativas quanto as de civilização e barbárie.” (grifo nosso).

MARX (1987:887), em seu diálogo com WAKEFIELD, caracteriza uma colônia como sendo:

... grandes extensões de seus territórios, podendo cada colonizador transformar um pedaço de terra em sua propriedade privada e meio individual de produção, sem impedir o que vem depois de fazer a mesma coisa.

Estas formulações não chegam a diferir das de WAKEFIELD. Ainda segundo MARX, o "grande mérito de WAKEFIELD é ter descoberto não algo novo sobre as colônias, mas a verdade, nas colônias, sobre as relações capitalistas na mãe-pátria. O sistema protecionista em suas origens tinha em mira fabricar capitalistas na mãe-pátria, e a teoria da colonização de WAKEFIELD, que a Inglaterra procurou por algum tempo pôr em prática através de leis, tem por objetivo fabricar assalariados nas colônias."

Qual a razão de se criar assalariados nas colônias? Nas proposições de WAKEFIELD (1834:346), a resposta a esta pergunta apresenta-se com muita objetividade. Se não vejamos:

Três coisas uma sociedade parece obter promovendo a colonização de novas terras: 1) a extensão de mercados para dispor do excesso de sua produção, 2) a diminuição da população de certas regiões; e 3) obtenção de um campo mais vasto para o emprego de capitais.

As coisas estariam muito bem relacionadas. O que a política de colonização européia pretendia, e quanto a isto não há

dúvidas, era promover nas colônias uma expansão da economia de mercado. Razão pela qual era preciso criar mecanismo que impedisse todos os migrantes de terem acesso à terra e chegassem à condição de proprietário rural. O que de fato foi empreendido.

Assim, um dos objetivos explícitos de WAKEFIELD era que nas colônias, efetivamente, uma parte considerável dos colonos se tornasse trabalhadores assalariados. MARX (op. cit. p.892) desvenda com muita clareza o que estava por trás destas observações ao discorrer sobre a relação colono/propriedade nas colônias do Novo Mundo. Diz ele:

Se de um golpe, se transformassem todas as terras de propriedade comum em terras de propriedade privada, destruir-se-ia o mal pela raiz, mas as colônias seriam também destruídas. O artifício proposto para resolver o caso mata dois coelhos com uma só cajadada. O governo fixaria para as terras virgens um preço artificial, independente de lei da oferta e da procura. O imigrante teria de trabalhar longo tempo como assalariado até obter dinheiro suficiente para comprar terra e transformar-se num lavrador independente.

O processo de colonização das novas terras, sem dúvida um elemento importante da história do Brasil contemporâneo, merece uma análise que vá além dos fatores técnicos. É indispensável levar-se em consideração, ao estudá-lo, a sua totalidade enquanto processo social.

A colonização, como parte e momento da "questão agrária", está presente na história nacional desde o Império.

"É possível dizer que todos os momentos mais notáveis da história da sociedade brasileira estão influenciados pela questão agrária. As rupturas políticas das últimas décadas, quando o Brasil já é um país bastante urbano e industrializado, também revelam essa influência. A questão agrária está presente na transição da Monarquia à República, do Estado oligárquico ao populista, do populista ao militar, na crise da ditadura militar e nos movimentos e partidos que estão lutando pela construção de outras formas de Estado. Há muito campo nessa história. A sociedade brasileira sempre esteve marcada por sua dimensão agrária." (IANNI 1984:07).

Desde o século passado a colonização começou a ocupar espaço nos debates na corte e nas províncias. Também, segundo TAVARES DOS SANTOS (1989:01), "Já estava presente em autores do século XIX e início de século XX, ao se depararem eles com a necessidade de explicar o modo de produção capitalista em âmbito mundial, tentando compreender a complexidade que tal mundialização fazia refletir em suas abordagens interpretativas." Todavia, não iremos realizar aqui uma historiografia da colonização, mesmo porque não é este o objetivo do trabalho. Mas tentar aprofundar uma análise do que tem representado esta atividade na produção do espaço agrário brasileiro.

A colonização agrícola de novas terras tem sido uma das estratégias específicas posta em prática pelas elites brasileiras no processo de expansão das relações capitalistas na região amazônica. Isto em detrimento da execução de uma política de reforma agrária, a qual passava por um processo de redistribuição da propriedade fundiária no país.

Tudo indica que na colonização da Amazônia o Estado brasileiro levou em consideração as observações de Wakefield, ou seja: em primeiro lugar, não foi, em momento algum, levada em consideração a forma de ocupação do território já existente, baseada fundamentalmente na posse. Logo, do ponto de vista do mercado, as terras poderiam ser apropriadas por outrem; e, em segundo, a existência de mão-de-obra excluída das regiões "extra-amazônicas", a exemplo do Centro-Sul e Nordeste do País. Não podemos negligenciar que parte de sua obra foi traduzida para o português e publicada na revista de Imigração e Colonização desde a década de quarenta.

De certa forma, a colonização é a incorporação do espaço ocupado por uma sociedade, por outra sociedade diferente. Neste sentido, são indispensáveis algumas referências à história da Amazônia no período anterior à década de setenta.

2.2 Conquista e Ocupação da Região: dos Primórdios ao "Rush" da Borracha.

A conquista efetiva da Amazônia pelos portugueses teve início no século XVII, com o propósito de reconquistar o território então ocupado por ingleses e holandeses estabelecidos no baixo Amazonas (cf. DEAN 1989). Isto representou de certa forma um esvaziamento do território indígena, com o extermínio de muitos grupos. Além deste fato, um outro que contribuiu para tal fim foi, segundo MEGGERS (1987:210), "uma epidemia de varíola que se alastrou pelo baixo Amazonas, em 1621, e uma outra que devastou a parte anterior do rio, em 1651." Esta situação de endemias, a que a Amazônia foi submetida, está diretamente relacionada à chegada do homem "branco" na região. O processo de extermínio, bastante trágico do ponto de vista humanístico, proporcionou uma substituição das práticas culturais indígenas pelas atitudes e pelos comportamentos alienígenas, incompatíveis com as condições ecológicas locais, dado que originados em contexto ambiental diverso.

A região Amazônica, até meados do século XVIII, apresentava-se como eminentemente indígena. "Um século depois, os grupos indígenas tribais sobreviventes refluíram, sob o impacto da onda crescente de ocupação nacional, para áreas de refúgio nas matas hostis" (MOREIRA NETO, 1988:15). Contudo, verifica-se que até a segunda metade do século XIX,

as sociedades indígenas constituíam a presença dominante do elemento humano na região.

Como o processo de extermínio nunca foi freado, hoje, quando se consulta a distribuição dos grupos indígenas na Amazônia e, em particular em Rondônia, é significativa a ausência de índios em quase toda a extensão das margens dos principais rios. AZEVEDO (1930), entre outros, descreve o processo de extermínio do qual as sociedades indígenas têm sido objeto. Diz ele:

Das aldeias, que as margens do Amazonas ofereciam à vista do seu primeiro descobridor, talvez nem uma só povoação moderna lhes marque o lugar. As cento e cinquenta tribos, que então existiam nessas paragens, desapareceram todas. Mas não só isso: os centros de população pouco excederam em número e, se excluirmos as cidades principais, em quantidade de vizinhos de todas as raças, as aldeias de aborígenes do tempo das missões... A raça experimentou, é certo a transformação devida aos cruzamentos, mas o extermínio foi a razão principal que a sumiu (Apud, MOREIRA NETO 1988:14).

Neste processo secular os índios passam de uma condição hegemônica à minoria. Foi estabelecido na Amazônia um cerco da sociedade nacional às sociedades indígenas, culminando por estabelecer relações de dominância e de dependência. Segundo RIBEIRO (1976: 478-479),

"esta situação começa com um longo e terrível processo de integração compulsória, através do qual transitam da condição de índios

específicos, com sua própria língua, sua cultura original, seu autogoverno e orgulho de si mesmo, à de índios genéricos, cada vez menos distinguíveis pela língua que falam, pelos hábitos de trabalho, pelos usos e costumes das gentes do contexto novo em que se encontram imersos... O índio que conseguiu integrar-se em nossa sociedade, de fato, foi o filho de índia prenhada pelo invasor ou foi o descendente esquecido de seus maiores, de índios levados a extremos de deculturação como escravos e outras formas de compulsão que, destruindo a comunidade e a família não deixa lugar para qualquer herança cultural, nem mesmo a identidade étnica".

Até o início do período do "rush" da borracha, nas últimas décadas do século XIX na Amazônia, a presença indígena ainda era aparente e impositiva em todos os níveis da realidade local.

Neste período ocorreu a consolidação da produção comercial da borracha e o início da migração massiva principalmente de cearenses e outros nordestinos para a Amazônia. A partir de então os grupos indígenas foram praticamente excluídos do processo produtivo da borracha na região Amazônica. Em alguns casos eram meros produtores de alimentos e fonte fornecedora de mulheres aos seringais, o que de certa forma acelerou o processo de extinção das sociedades indígenas. Segundo PRADO & CAPELATO (1975)

"no período do rush da borracha o homem em geral vinha só. Neste caso, a mulher tornou-se objeto cobiçado. Encomendavam-se mulheres aos patrões e estes às casas aviadoras como encomendavam-se gêneros alimentícios

e, como verdadeiras mercadorias, entravam nas contas escrituradas pelos guarda-livros." (apud CARDOSO & MULLER 1978:30)

Observamos que este período da história da Amazônia é fortemente marcado pela migração de nordestinos do sexo masculino, e, uma vez dispersos pelos seringais ao longo dos rios e igarapés da região, só podiam conseguir uma companheira de forma conflitiva com os índios. Nesta relação não amistosa grande parte da população indígena foi exterminada.

Esta situação foi agravada pelo fato de a economia da borracha ter sido contemporânea à época da expansão do sistema capitalista em escala mundial. Ela surge e desenvolve-se tendo como objetivo baratear o capital constante utilizado nos empreendimentos industriais principalmente da Inglaterra, mas também da economia moderna do resto da Europa e dos Estados Unidos. O barateamento do capital dava-se via imposição de preços da borracha ditados pela Bolsa de Londres.

Segundo CARDOSO e MULLER a economia da borracha no âmbito interno não proporcionou profundas modificações no contexto das relações de produção e efetivamente não incrementou um mercado interno na região Amazônica. Dizem eles:

"Dada a forma de trabalho adotada - num contexto de ciclo econômico extrativo de relativamente curta duração, que apenas produziu uma pequena camada social que vivia da intermediação -, não ocorreram na

Amazônia as profundas alterações de que foi palco o Centro Sul do país, com a produção do café baseada nas novas relações de produção de tipo salarial, das quais resultaram uma maior divisão social do trabalho e a expansão do mercado interno. Ocorreu, no entanto, uma modificação extraordinária no volume da população amazônica. (...)" (CARDOSO & MULLER, 1978:25)

Contudo, sobre relações de produção do tipo salarial nas fazendas de café é imperativo consultar MARTINS (1988).

Em 1823, segundo CARDOSO & MULLER (1978), a atual Região Norte contava com uma população em torno de 127 mil habitantes que, em 1872, passa a ser de quase 340 mil; em 1900, soma quase 700 mil e, 20 anos mais tarde, algo em torno de 1 400 000 habitantes. O resultado dessa migração massiva de nordestinos foi: a) incorporação de um território de aproximadamente 200.000 km² conquistado da Bolívia - o Acre; b) grande parte da população indígena é exterminada; c) forte miscigenação de índios com os migrantes; d) crescimento urbano de Manaus e Belém; e) intensificação de uma rede de comunicação por meio de transporte fluvial.

O crescimento populacional verificado na Amazônia neste período está diretamente relacionado a dois fatores. Primeiro, os preços internacionais da borracha elevaram-se consideravelmente a partir do último quarto do século XIX, em consequência da forte demanda industrial do produto. Segundo, a grande seca ocorrida no nordeste neste período que deixou um quadro de miséria assustador. As políticas de

migração do governo federal para à Amazônia foram assim facilitadas. O fluxo de migração movimentou algo em torno de meio milhão de nordestinos (segundo CARDOSO & MULLER 1978:26), proporcionando um aumento considerável da produção da borracha neste período, já que as técnicas de produção permaneceram inalteradas.

Verifica-se através da história, ainda que sinteticamente, que a adaptação do migrante nordestino às relações de trabalho no seringal deu-se de forma coercitiva por parte do seringalista, juntamente com seus capangas. O seringueiro estava inserido no sistema de aviamento que é levado a efeito na economia da Amazônia. Segundo DEAN (1978:31) o aviamento consistia numa

"atividade econômica extrativo-predatória no interior das matas; a distância entre as seringueiras exigia longas caminhadas; as condições impostas pelo proprietário, não permitindo roçado (geralmente, mandioca); a necessidade de mão-de-obra para aumentar a produção; o pagamento obrigatório dos trabalhadores aos patrões do custo da viagem do Nordeste à Amazônia, dos instrumentos de trabalho, das provisões, enfim, o regime de trabalho e o padrão de vida dos seringueiros, baseavam-se no endividamento prévio e posterior, isto é, no endividamento reiterado, o que colocou o trabalhador nas mãos do proprietário comerciante. Por sua vez, este dependia dos fornecimentos e da compra das bolas de borracha feitas por um comerciante maior."

A economia do aviamento consistia numa rede de subjugação e sujeição que ia do seringueiro até as grandes casas exportadoras. As relações no sistema de aviamento estavam assim estabelecidas: seringueiro; seringalista com o barracão; casas aviadoras de Manaus e Belém; e mercado consumidor e financeiro internacional, Estados Unidos e Inglaterra.

A relação compulsória contida no sistema de aviamento durante a economia da borracha, aliada à necessidade de todo tipo de mão-de-obra na produção extrativa, contribuíram para que não se efetivasse uma divisão social do trabalho capaz de viabilizar um incremento ao mercado interno local. Outro motivo que não favoreceu o desenvolvimento de um mercado interno na região foi, sem dúvida, o fato das elites locais terem destinado os lucros - auferidos na atividade extrativa da borracha - para o consumo. Não houve uma preocupação das classes dominantes em consolidar mecanismos de proteção da economia da borracha. Esta situação é constatada quando observamos os produtos supérfluos adquiridos no mercado europeu neste período: azulejo e batata de Portugal, mármore de Carrara, salchicha da Inglaterra, manteiga da Dinamarca, água mineral da França e mortadela da Itália. Produtos estes destinados ao deleite de uma seleta minoria de privilegiados.

Neste sentido este relato de Erik Orsenna, descrevendo uma manhã no cais de Londres, parece-nos bastante

significativo do ponto de vista do comportamento que a "elite da borracha" adotava:

Sentado sobre uma montanha de cordas, com uma caderneta aberta em cima dos joelhos, o tinteiro escorado a esquerda, a pena de ferro levantada na mão direita, o adido contratado ia contando. Um por um, os 58 caixotes de vime marrom foram transportados: família seu João Branco, de Belém, presente, família Medeiros de Vaz, de Óbidos, presente, família Fiato Passos, de Santarém, presente, famílias Nelson, Constâncio Alves, João Goanha, de Manaus, presente, presente... é a alta sociedade de Manaus, repetia o adido... Família Moreira, de Porto Velho, presente, Barão Canudo, de Litívia, vejam só, um solitário, presente, é o último, tem certeza, então assine aqui. Três carroças rangendo e aos solavancos, arrancadas da doca Santa Catarina. - Para onde vamos? - perguntou Gabriel muito positivamente. - Para a Cornualha. é a região onde as águas são mais puras. - E são muitas as famílias brasileiras que mandam lavar roupa na Inglaterra? - A elite, a elite do Brasil, sr. Orsenna. Nossa elite, sabe, faz muita questão de pureza. Se visse o Amazonas, compreenderia. Não é um rio, é terra que corre. O senhor gostaria de lavar sua roupa na terra? ORSENNA (1990: 99).

Não houve, igualmente, a preocupação em canalizar os lucros obtidos na atividade extrativa para o setor produtivo industrial. Estava arraigado no imaginário local que a seringueira era a árvore da fortuna plantada por Deus no

contemporâneos - os migrantes nordestinos - para dela retirar, não a maçã, mas o rico "leite" que as indústrias européias tanto necessitavam.

Quanto ao aspecto territorial, o Brasil teve um ganho considerável com o desenvolvimento da economia da borracha, a exemplo do território do Acre conquistado da Bolívia. O governo brasileiro, motivado pela cotação da borracha a nível internacional, iniciou uma política de penetração territorial favorecido pela situação geográfica da desembocadura dos rios por onde saía a borracha boliviana.

O resultado desse litígio foi a incorporação definitiva do território do Acre e a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré - EFMM. De acordo com CARDOSO & MULLER (1978) O governo boliviano, pressionado pelas ameaças brasileiras, submeteu-se a um acordo. A proposição da compra do território foi aceita e reconhecida a soberania brasileira sobre o Acre (190.000 km²) mediante a indenização de 2 milhões de libras (Tratado de Petrópolis, 1903). Dois milhões significavam menos que os ingressos que obtinha o governo do Brasil em um só ano pela goma desse território. Além é claro, de pagamento ao **Bolívia Sindicato** e membros da família Roosevelt que dominavam os seringais bolivianos neste período. Também é conveniente consultar sobre esta importante parte da história da Amazônia em SOUSA (1977).

A EFMM entra como contrapartida do Brasil, estabelecida pelas vias diplomáticas conduzidas por José Maria da Silva -

desta via férrea é anterior àquela data, porém com tentativas frustradas. Com sua construção a Bolívia passaria a ter acesso ao mercado internacional através do Rio Madeira, Rio Amazonas e do oceano Atlântico, e, a partir daí, Europa e Estados Unidos. Sobre as tentativas anteriores de construção da EFMM veja-se a pungente narrativa de FALKENBURGER (1971).

Com relação a EFMM, HARDMAN (1991:99) esclarece o seguinte:

"...haveria que articular os espaços sombrios ainda não completamente subjugados aos imperativos da civilização. Selvas e desertos, colônias longínquas e fronteiras por dividir: era preciso mapear a contento todas aquelas vastidões. Assim é que viajantes, exploradores, clérigos e militares vasculham o desconhecido, melhor, o semidesconhecido, deixando ali suas marcas e construindo, ao mesmo tempo, todo um arsenal de imagens da barbárie (...). A história do aparecimento da ferrovia Madeira-Mamoré passa-se justamente num desses palcos. (...) É possível perceber, nesse trânsito sutil entre natureza e cultura, entre geografia e história, entre caos selvagem e ordem nacional, o fascínio que advém do espanto, os atrativos secretos da escuridão e do medo, a força primitiva de lugares inomináveis, os sentimentos solitários ante a infinitude "natural", a surpresa permanente como nova rotina: reaparecem, pois, nessas visões da luta do homem contra a selva, aspecto da moderna apreensão do sublime."

Como diz HOBBSBAWM (1988:68), as regiões desconhecidas "não eram uma coisa de se encontrar: de fato, não era, mesmo em termos de conhecimento geográfico, um mundo."

A "engenharia social" produzida no empreendimento da EFMM, estava fortemente influenciada pelo impacto que a modernidade representava naquele momento. Modernidade esta que iria contribuir para a concretude do imperialismo que procurava colocar seus "tentáculos" em todas as regiões do globo fossem como áreas de comércio ou principalmente como áreas fornecedoras de matérias primas. Na verdade, segundo HOBBSBAWM (1982:76),

"tal como existia na Ásia, Austrália, África e América Latina, a ferrovia, considerada do ponto de vista econômico, era basicamente um meio de ligar alguma área produtora de bens primários a um porto do qual estes bens poderiam ser enviados para as zonas industriais e urbanas do mundo."

Neste caso o produto era a borracha: brasileira ou boliviana.

Nosso propósito não é realizar um estudo do que representou a EFMM, mas apenas citá-la como um elemento importante que foi no processo de produção do espaço regional. Mesmo porque este tema tem sido objeto de estudo de vários autores, seja ele de cunho jornalístico ou teses científicas, a exemplo de : FALKENBURGER (1971), SOUSA (1980), FERREIRA (1987), HARDMAN (1991), entre outros.

Contudo, apesar da expansão territorial em virtude da incorporação do Acre ao Brasil, a partir do final da primeira década deste século, a produção brasileira de borracha entra em declínio. Ela sai de uma produção de vinte mil toneladas em 1920, para dez mil toneladas em 1930. Esta queda na produção está diretamente ligada ao êxito da produção inglesa no sudoeste asiático, e a conseqüente "migração" do capital internacional da região amazônica para a nova área produtora.

No período entre 1940 e 1945 a região é marcada por outro surto da economia da borracha. Em virtude das colônias inglesas da Ásia estarem controladas pelas potências do eixo, por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Assim conforme CORRÊA (1967:38)

em 1941 se estimava em 34.000 o número de seringueiros na região, produzindo 18.233 toneladas de borracha. Para aumentar a produção anual para 45.000 toneladas, seria necessário o dobro de seringueiros ou mais. Esses esforços do governo brasileiro para atender principalmente os USA, resultaram no deslocamento de 25.000 trabalhadores para a região, que, juntamente com outros fatores, aumentaram a produção para 32.300 toneladas em 1945."

Para atender os esforços da "batalha da borracha" o governo brasileiro vai recorrer novamente ao Nordeste como fonte fornecedora de mão-de-obra. E mais uma vez, contou com uma prolongada seca no ano de 1942, o que facilitou o

processo de mobilização dos nordestinos - os "soldados da borracha".

Por conseguinte, o resultado da "batalha da borracha" não modificou a estrutura espacial da região e o tecido social manteve-se nos moldes do período áureo da borracha do início do século.

Em resumo, a ocupação do espaço amazônico pela sociedade ocidental foi caracterizada por três períodos e formas espaciais. Quais sejam: primeiramente o que podemos denominar de uma ocupação pontual, na fase do Brasil colônia; em seguida, com início no século passado e primeira metade deste século, temos uma ocupação de caráter linear e beiradeira, norteada pelo extrativismo do látex das seringueiras nativas; e recentemente, pós década de sessenta, deu-se uma ocupação interfluvial dando início ao ciclo da colonização agrícola, dos projetos agropecuários, minerais, minério-metalúrgico e de hidroelétricas.

2.3 A Colonização Agrícola das novas terras na Amazônia.

As considerações de Wakefield se aplicam muito contraditoriamente na colonização amazônica. Por exemplo, uma das características marcantes da colonização no Brasil contemporâneo é justamente produzir uma grande massa de excluídos, tanto as minorias pré-estabelecidas, como também os que chegaram à procura de terra. Portanto uma das

justamente impedir um número considerável de indivíduos de ter acesso à terra, ao mesmo tempo que não se tornam trabalhadores assalariados. A demanda de serviços nos diversos setores da economia é insuficiente para atender os trabalhadores sem terra.

Um outro aspecto a ser considerado diz respeito às condições de trabalho que se dão de forma não capitalista. Ou seja é levado a efeito o trabalho escravo em determinadas áreas da região Amazônica. Segundo PERDIGÃO & BASSEGIO (1992:66),

"a questão do trabalho escravo assume ainda maior gravidade na medida em que se constata que a mão-de-obra escrava é utilizada a serviço da devastação que se realiza no Estado de Rondônia, com a completa omissão do poder público... Os grupos de trabalhadores encontrados sob o regime de trabalho escravo desenvolviam a atividade de derrubada de grandes áreas de florestas virgens, visando ao aproveitamento, pelos seus proprietários, da madeira derrubada sob o pretexto de formação de pastos."

Esta situação está relacionada à concepção de que o desenvolvimento do capitalismo é contraditório, e, portanto, apropria-se dessa forma não capitalista, já que a mesma contribuirá para o processo de produção do capital.

Neste sentido OLIVEIRA (1990:29), citando Martins sobre essa questão diz que:

"esse movimento contraditório gera não só a subordinação de relações

pré-capitalistas, como também relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas... O capital, incorporando áreas e populações às relações comerciais, desenvolve, numa unidade contraditória, as condições de sua expansão e simultaneamente os entraves a essa expansão. Quer dizer, como o capital não se expande mercantilizando todos os setores envolvidos nessa expansão (não implanta a um só tempo o trabalho assalariado em todos os setores e lugares), ele tende, particularmente onde e quando a vanguarda dessa expansão capitalista está apenas no comércio, a desenvolver, em parte contraditoriamente, o mesmo processo que se deu em sua acumulação primitiva. O capital lança mão da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital."

De acordo com TAVARES DOS SANTOS (1989) e consubstanciado em nossas pesquisas de campo apresentaremos alguns elementos constitutivos do processo de colonização agrícola de novas terras empreendidos na Amazônia nas duas últimas décadas:

- 1º - a disponibilidade de terras devolutas eletivas à apropriação. (Neste caso os posseiros e os índios são completamente negligenciados do processo.);
- 2º - a ação estatal na implantação das colônias. (O Estado mantém-se presente através de suas diversas agências a exemplo do INCRA e SUDAM);
- 3º - a migração induzida de regiões "velhas" para regiões "novas" (as regiões "velhas" por

excelência foram o Nordeste e o Centro-Sul do País);

49 - a institucionalização da propriedade privada (uma seleta minoria de colonos torna-se pequenos proprietários, "senhores" dos meios de vida e da produção);

59 - implantação de regime de caráter disciplinar sobre os colonos, garantindo desta maneira a reprodução social das colônias (Este controle era executado pelas agências governamentais e pelas agências bancárias.);

69 - a criação e manutenção de exclusão social produzida nas novas terras. (Uma grande massa de migrantes não consegue efetivamente tornar-se proprietária do principal meio de produção - a terra.)

Entende-se que a colonização agrícola de novas terras tem sido a forma institucional de expansão das relações capitalistas na Amazônia. É sintomático, entretanto, que o processo de colonização não ocorra isoladamente. Ele é a "franja" de um sistema no qual está inserido. Segundo HÉBETTE e ACEVEDO (1979:152), a colonização

"se manifesta como instrumento ideológico a serviço de interesses não declarados, que não têm nada em comum com os interesses dos colonos, e que despontam de meios e ambientes bem distantes da área de colonização."

Portanto, considerando que para a aplicação da "tecnologia social" na prática da colonização é necessário a remoção de população de uma "área velha" para uma "área nova", deve-se incluir uma análise do contexto das regiões de origem dos migrantes.

As áreas de colonização estão intimamente relacionadas com a luta pela terra que os camponeses enfrentam em outras regiões do país. Conforme TAVARES DOS SANTOS (1989:12),

"Houve, no Brasil meridional, durante os anos 70, um longo processo de expulsão de certas camadas do campesinato, tanto por causa da concentração fundiária, quanto das condições econômicas sobre as pequenas propriedades rurais".

Isto está relacionado, de certa forma, à intensiva modernização da agricultura para exportação nas regiões Centro-Sul do país, modificando as relações sociais no campo, bem como ampliando a manutenção da estrutura fundiária concentracionista predominante.

Tal fato levou os pequenos agricultores a migrarem para as novas terras. Como TAVARES DOS SANTOS (1989) concordamos com as causas da trajetória dos colonos: na origem, os motivos pelos quais os camponeses meridionais partiram para as zonas de colonização foram as possibilidades de reprodução social. Ou seja, de um lado está um conjunto de situações inter-relacionadas, quais sejam:

- a) desenvolvimento das forças produtivas resultado da modernização da agricultura;

- b) política levada a efeito pelas elites dirigentes de manutenção da estrutura fundiária;
- c) primazia do discurso ideológico na tentativa de legitimar e justificar a colonização das novas terras.

Por outro lado, a preocupação do migrante na hora da partida é a vontade e determinação de manter a sua "campesinidade". Segundo TAVARES DOS SANTOS (1984:148), "a migração surge cedo como alternativa às condições insatisfatórias de vida, marcadas pela expropriação sucessiva de seu trabalho excedente." Isto, em princípio, representa a recusa ao assalariamento e ao êxodo rural causado pela expropriação. A decisão de manter-se camponês e a esperança de garantir a sua reprodução social influencia na migração dos que partem para as novas terras.

As bases da estratégia do Programa de Integração Nacional (P.I.N), consistia em:

- a) deslocar as fronteiras econômicas através da atividade agrícola até o Rio Amazonas;
- b) integrar a estratégia de ocupação da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, procurando assim alternativas de desenvolvimento para ambas as regiões;
- c) remanejar mão-de-obra do Nordeste para a Amazônia, evitando o seu deslocamento no sentido das grandes áreas urbanas do Centro-Sul;
- d) criar as condições para a incorporação da Amazônia à economia de mercado, envolvendo amplas faixas de

população anteriormente dissolvidas na economia de subsistência, condenadas à estagnação tecnológica.

Esta tem sido a lógica no processo de desenvolvimento e da expansão das relações capitalistas na região Amazônica. Segundo LOPES (1982:18),

"essas metas seriam alcançadas através da expansão da área de colonização em terras pertencentes ao Ministério da Agricultura, INCRA, Estados e outros órgãos governamentais. Para tanto, já tinham ocorrido modificações substanciais nos dois organismos que se constituiriam no suporte institucional da implementação desse programa na Amazônia: SUDAM e o BASA"

No período pós 1964, a colonização agrícola de novas terras ocorreu em espaços anteriormente ocupados por nações indígenas e grupos de seringueiros que tinham suas posses ao longo dos rios e igarapés por todo o território de Rondônia. Estes grupos, por sua vez, foram ignorados pelos programas governamentais de desenvolvimento para a região e conseqüentemente são expropriados da terra. Os projetos implantados não levaram em consideração essas organizações sociais que já faziam parte do contexto da Amazônia.

A mudança e a ocupação pela qual passaram, e vêm passando as novas terras, estão diretamente relacionadas ao modelo econômico adotado pelo Estado brasileiro nas últimas décadas. Isto é, a incorporação de todo o território nacional à economia do Centro-Sul e mundial. Inclui-se,

estivessem integrados ao modo de produção capitalista, manifestado segundo SANTOS (1989) e AMARAL (1990), pela produção, (incluindo a agrícola), pelas relações de trabalho, pelos gastos, pelo consumo, e pela alienação da cultura e modos de vida particulares. Sobre o processo de ampliação das relações do modo de produção capitalista, IDOVINA e CALABI (1973:02) esclarecem que

“as relações capitalistas de produção tendem a se ampliar e a abranger toda a sociedade: são estas relações e o desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração específica ao território.”

Para este avanço das relações capitalistas, que IANNI (1986) designa como sendo “um desenvolvimento extensivo do capitalismo”, o Estado tem tido um papel preponderante, através da política de ocupação e do desenvolvimento das relações capitalistas de produção sobre a “economia tradicional” do extrativismo, da agricultura, e da pecuária.

Este processo, entretanto, não ocorre de maneira uniforme e linear, pois neste movimento encontram-se formas que não estão completamente norteadas pela economia de mercado. é o caso da unidade de produção camponesa (o lote do colono), que, apesar de estar integrada ao mercado, produz também para sua subsistência.

Ocorre, paralelamente, uma expansão das contradições, surgindo, segundo MARTINS (1988:11),

"a empresa, a fazenda, a grilagem, a injustiça, a brutalidade. E semeou também a resistência, semeou novas significações para velhos atos e novos atos para velhas significações."

Revelando uma contradição não prevista pelos órgãos planejadores que atuam na região, pois no cerne da luta pela terra nas áreas de colonização, os colonos são "lapidados" por um conteúdo político deixando de ser "modelo" e passando a condição de sujeito do processo histórico.

Como instrumento da política governamental foi criada em 1966, a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), órgão que iria implementar, dinamizar e diversificar as atividades econômicas na "Amazônia Legal".

A SUDAM passou a ser o principal centro de planejamento regional elaborando, aprovando projetos e executando até mesmo planos de outros órgãos federais que estivessem operando em sua área de atuação.

No mesmo ano de criação da SUDAM, o Banco de Crédito da Amazônia S/A, passou a denominar-se Banco da Amazônia S/A - BASA, aprimorando os instrumentos econômicos, creditícios e fiscais, demonstrando o interesse estatal pela região. Estes órgãos passaram a coordenar os empreendimentos públicos e privados da Amazônia. Também foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em 1970, de acordo com as metas do plano de Integração Nacional - PIN. Em 1971, cria-se o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agricultura do Norte Nordeste - PROTERRA. Para completar o

quadro da "integração" na década de setenta foi construída a malha rodoviária da Amazônia, passando, de um sistema de transporte eminentemente fluvial, para as grandes estradas, a exemplo da Transamazônica. Foi através desses eixos viários que se deu o processo intensivo de ocupação da "fronteira", via projetos de colonização agrícola.

Com essa política, o Estado, segundo LOPES (1982:18),

"assume de forma explícita o papel de condutor/orientador da política de ocupação econômico-demográfica da região seja sob a forma direta de atuação, através da implantação de infra-estrutura econômica e promoção de colonização dirigida, seja de forma indireta, concedendo às grandes empresas que se instalassem na região uma série de favores creditícios, fiscais e econômicos, etc."

Evidenciamos neste período que há uma mudança na política diretiva do Estado com relação ao setor privado. Anteriormente podemos dizer que havia uma imbricação de caráter complementar, ou seja, caberia tanto ao Estado quanto à iniciativa privada a condução das atividades econômicas.

As novas diretrizes evidenciando uma modificação substantiva de relação entre Estado e a empresa privada, dizem respeito ao caráter de associação entre ambos. Cabendo ao Estado, a partir de então, promover os investimentos em infra-estrutura, pesquisa e planejamento para facilitar a atuação do capital privado, nacional e estrangeiro. Neste sentido SANTOS (1982:70), coloca que

"ao Estado cabe criar fixos, precipuamente, ao serviço da produção ou do homem. Os fluxos são criados pelas necessidades da produção e, também, do homem. Mas, os fixos atraem e criam fluxos. Desse modo, o subsetor governamental orienta os fluxos econômicos e humanos e determina a sua viabilidade e direção. Os fluxos também criam fixos na órbita do subsistema de mercado, quando os fixos de origem pública são insuficientes para a demanda, embora se possa, antecipadamente, criar fixos que, por sua vez, provoquem fluxos... Mas, de um modo geral, os fixos necessários ao exercício das formas mais complexas de cooperação (estradas, por exemplo) são criados pelo Estado."

Utilizando-se de uma estratégia geopolítica, o Estado brasileiro procura assegurar e controlar o domínio do espaço, através das políticas de ocupação do território, por meio de órgãos federais a exemplo do INCRA. A propósito, segundo HÉBETTE e ACEVEDO (1979:165), o

"INCRA é investido de poderes nunca vistos num projeto de colonização, que fizeram dele, como se comentou, um Estado dentro do Estado. Isto é: o INCRA torna-se objetivamente um instrumento à disposição das classes dominantes, numa região onde a crescente penetração de posseiros ameaça seus atuais e potenciais interesses. Não passa de um instrumento de controle, à imagem e semelhança do Estado autoritário do qual emana."

O resultado desta política foi uma radical mudança das práticas sociais, econômicas e culturais da sociedade local.

A respeito dessas mudanças IANNI (1986:75), por exemplo, diz que:

“... no rearranjo das políticas estatais relativas a questões econômicas e políticas, a Amazônia foi cada vez mais ampla e dinamicamente integrada ao modelo de capitalismo particularmente agressivo, em todas as regiões do país”.

Aos poucos, ou repentinamente, o cotidiano das cidades, vilas e pequenos povoados foram sendo transformados pelas relações de mercados redefinidas. Como diria POLANY (1990) é um “moinho satânico” destruindo as relações de vizinhança, de compadrio. Enfim, estabelecendo uma outra lógica, a do capital.

Como resultado da redefinição internacional do trabalho, a Amazônia foi transformada em um grande mercado de importação de mercadorias e serviços, e exportadora sobretudo de produtos primários. Podemos constatar através da evolução das exportações/importações na região Norte (cf. tabela 01), no período de 1964 a 1974, caracterizado por forte presença estatal e privada na Amazônia, passando a região a contribuir de forma acentuada para o processo de acumulação de capital da sociedade industrial brasileira do centro-sul e também internacional. Concomitantemente a Amazônia (IANNI, op. cit.p. 73), “...produz cada vez mais excedente para os mercados regional, nacional e exterior; também se torna um mercado cada vez mais atrativo para

produtos industriais proveniente do centro-sul do País e do exterior”.

TABELA 01: Comércio Exterior - Exportação e importação 64/74 (em CR\$ milhões) - Região Norte.

ANOS	Importação	Exportação	Variação
1964	52,5	15,2	37,3
1965	109,6	26,4	83,2
1966	131,3	57,5	73,8
1967	127,8	64,8	63,0
1968	228,0	232,3	-4,3
1969	266,4	178,4	-88,4
1970	368,6	484,4	-115,8
1971	498,2	561,3	-63,2
1972	554,7	860,2	-305,5
1973	704,8	1303,2	-597,4
1974	1198,0	2269,0	-1071,3

Fonte: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil (55/75).

2.4 A Colonização Agrícola e a Produção do Espaço Agrário em Rondônia

A ocupação de Rondônia, a partir de 1970, foi efetivada via BR 364 (trecho Cuiabá-Porto Velho), implantada na antiga linha telegráfica construída pelo Marechal Cândido da Silva Rondon. Foi às margens dessa rodovia que houve a implantação de dois tipos de projetos de colonização: Projeto Integrado de Colonização - PIC e Projeto de Assentamento Dirigido - PAD, conforme demonstra a tabela 02:

TABELA 02 - PROJETOS DE COLONIZAÇÃO OFICIAL EM RONDÔNIA 1983

PROJETO	criação	Município	ÁREA EM HA	Nº LOTE
PICs				
OURO PRETO	1970	O. PRETO	512.585	4.222
S. GIRÃO	1971	G. MIRIM	60.000	635
JI-PARANÁ	1972	CACOAL	486.137	4.755
P.A. RIBEIRO	1973	COLORADO	293.580	3.533
ADOLPH ROHL	1975	JARU	407.219	3.406
PADs				
BURAREIRO	1974	ARIQUEMES	304.925	1.540
MAL. DUTRA	1978	ARIQUEMES	490.178	4.675

FONTE: INCRA/CCER - 1982.

O projeto Burareiro foi destinado para médios e grandes empresários rurais, em lotes de 250, 500, e 1000 ha. Nos demais projetos foram distribuídos lotes de 100 ha para famílias de pequenos agricultores.

Estes tipos de assentamento foram os modelos mais significativos adotados pelo Governo Federal em Rondônia. No PIC o processo de assentamento é feito pelo INCRA. É de sua inteira responsabilidade a distribuição de terras, a organização territorial, a implantação de serviços de infraestrutura como escolas, postos de saúde, estradas coletoras, armazéns para produção, e a administração e controle do projeto como um todo. Nesta categoria de assentamento as terras eram destinadas a famílias de origem camponesa e com grande número de filhos.

No PAD, o colono deveria ser mais especializado do que um trabalhador rural, ou seja, deveria ter um mínimo de

conhecimento agrícola, alguns recursos e experiência com relação a obtenção de crédito bancário.

Contudo, estes projetos não foram suficientes para assentar a quantidade de migrantes que chegou ao Estado em busca da "terra de trabalho". Segundo CALVENTE (1980:19),

"o resultado da intensificação desse fluxo foi a organização de outros projetos de colonização, envolvendo até agosto de 1979, pelo menos 20 mil famílias já legalmente assentadas. Destaque-se que até aquela data, no conjunto de todos os projetos de colonização ao longo da BR 364, encontrava-se pelo menos 30 mil famílias agregadas, ou seja sem acesso à terra própria."

O INCRA tornou-se impotente para distribuir e regularizar a situação das famílias dos assentados, pois a quantidade de migrantes ultrapassou o número de "parcelas" destinadas a distribuição. Segundo CALVENTE (1980:28)

"nos anos de 1974 e 1975 o fluxo migratório para Rondônia era bastante intenso em relação à capacidade do governo direcionar o assentamento das famílias que procuravam terra. Isso acarretou um crescimento rápido da então pequena vila de Cacoal, caracterizado pela desorganização dos serviços públicos e pela violência urbana, muitas vezes, decorrentes de conflitos pela terra no meio rural. As tensões sociais pela posse da terra propiciaram a expansão da ocupação, através do surgimento espontâneo de novos setores de composição do PIC Gy-Paraná tais como Abaitará, Rolim de Moura, Tatu e Prosperidade."

Como consequência os próprios colonos passaram a ocupar as terras que eles mesmos iam demarcando ao longo das estradas vicinais.

O colono sem acesso direto à propriedade da terra (uma parcela de terra), poderia tornar-se um "colono agregado" ou um "colono trabalhador". Os "colonos parceleiros" preferiam receber os agregados ou meeiros, pois estas famílias trabalhavam, geralmente, nas lavouras perenes de cacau e café, ao mesmo tempo em que eles cultivavam roças para garantia do sustento. Essas famílias viam nessa relação uma forma de sobreviver enquanto aguardavam um lote. Ao mesmo tempo garantia ao proprietário uma valorização da terra, já que havia uma quantidade maior de pessoas trabalhando na propriedade.

A colonização trouxe consigo um intenso fluxo migratório, proporcionando um crescimento populacional da ordem de 16% a. a. De 1970, a população, que era de 113.659 habitantes, passa a 492.810 habitantes no ano de 1980. Para LOPES (1983), está sendo reproduzida na "fronteira", através da colonização oficial, as relações de produção existentes nas áreas de colonização mais antigas, só que redefinidas com conteúdo particular, pois trata-se de relações que surgem no interior da pequena propriedade de tipo familiar, ou seja, o lote do colono.

Verifica-se que durante esses vinte anos de colonização em Rondônia houve uma fragmentação dos lotes, simultaneamente a um processo de reconcentração fundiária. A

minifundização ocorreu para que os filhos ou parentes dos parceiros tivessem acesso à terra, ou ainda quando se desfizeram de parte do lote para saldar dívidas.

Na iminência de serem expropriados, os colonos vêm na agregação a forma de resistirem ao capital. Segundo LOPES (1983:71), isto

“...expressa uma estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores e trabalhadores sem terra que se tornam agregados daqueles, nas áreas de expansão de fronteira agrícola e no âmbito dos projetos de colonização oficial, ela reafirma a existência de processo de expropriação que está se verificando na área, na medida em que aponta para uma perspectiva de fragmentação da pequena propriedade, *pari passu* ao que se poderia chamar de reconcentração fundiária.” (grifo nosso)

MINC (1985) afirma que entre 1970 e 1980, o número de estabelecimentos agrícolas passou de 7 mil para 49 mil e sua área total cresceu de 1,6 milhões de hectares para 5,7 milhões de hectares. Os estabelecimentos de menos de 200 hectares que cobriam uma área de 210 mil hectares, passaram a corresponder a uma área total de 2 milhões e 700 mil hectares. Também demonstrado na tabela 03 da situação fundiária de Rondônia.

TABELA 03 - Situação Fundiária de Rondônia em 1983.

Destinação de Áreas	Hectares	Porcentagem
FUNAI	2.019.041	8,31
IBDF	2.164.650	8,31
COLONIZAÇÃO OFICIAL	2.724.625	11,21
CONCORRÊNCIA PÚBLICA	1.741.164	7,16
REGULARIZAÇÃO FUND.	9.617.306	39,57
ÁREAS URBANAS	95.697	0,39
ÁREAS A DESTINAR	24.304.400	24,45

Fonte: INCRA

Esta realidade passa a modificar-se a partir de 1980. Primeiro em virtude do substancial aumento do preço da terra, em razão da especulação imobiliária. E em segundo lugar em virtude da política agrícola adotada pelo governo desestimulando o pequeno produtor.

Em trabalho anterior (AMARAL, 1990) demonstramos de forma clara esse processo, afirmando que ao mesmo tempo que ocorre a concentração dos lotes, também é verdadeiro o fato de haver uma minifundização de uma outra parcela das unidades de produção nos projetos de colonização. Foi verificado no projeto Paulo Assis Ribeiro proprietários com 04, 05, 08, 10 lotes; No Projeto Ouro Preto proprietários com 18, 19 lotes de terras; no Projeto Marechal Dutra proprietários com 06, 08 e 11 lotes. A fragmentação da pequena propriedade também foi verificada em todos os projetos acima citados. E se deu, principalmente, para garantir a reprodução de membros da família dos próprios camponeses, ou seja, quando havia o casamento dos filhos. Um outro caso de fragmentação verificado foi aquele que na

iminência de perda do lote, o colono vende uma parte da propriedade.

O proprio MINC (1985:25) reconhece que

"a partir de 1980 o Incra não só reduz drasticamente o processo de distribuição de parcelas, como também reduz a área que passou de 100 ha para 50 ha ou 40 ha. Sendo que atualmente os migrantes que chegam não nutrem esperanças de conseguir lotes."

Diante de tal quadro, são intensificadas as ocupações de terras improdutivas em várias áreas no Estado de Rondônia por parte de trabalhadores rurais sem terra.

Outrossim, verificamos que o processo de colonização em Rondônia está coerente com os rumos tomados nos planos das agências estatais. Isto representava criar condições para maior exploração dos recursos naturais da região Amazônica e que, mantida essa política vigente, concretamente o processo de colonização continuará viabilizando as condições para a expansão do capital na região.

3 - A RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA NAS NOVAS TERRAS E O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO.

3.1 A Relação Homem/natureza nas novas terras.

A discussão envolvendo o homem e a natureza não constitui-se matéria nova no âmbito da Geografia. Há muito fala-se da influência do meio sobre o homem, ou do meio como sendo secundário. O homem era tudo, a natureza era nada. Contudo, segundo CASTRO (1966:67),

"a análise meticulosa dos fatos de evolução e da Geografia Humana tem demonstrado que essas duas atitudes são ambas falsas e exageradas. A cada passo vemos, no meio natural, grupos humanos em estado de florescimento e de decadência, e vemos, por outro lado, os mesmos grupos humanos florescerem numa zona e arruinarem-se noutras."

Não compartilhamos com aqueles que vêem na natureza um meio de determinação do homem, como também o homem dominando a natureza. Todavia, consideramos a idéia de "produção da natureza" que traz consigo um processo histórico socialmente construído, regido pela força política.

"A idéia da produção da natureza é paradoxal, a ponto de parecer absurda, se julgada pela aparência superficial da natureza mesmo na sociedade capitalista. A natureza geralmente é vista como sendo precisamente aquilo que não pode ser produzido; é a antítese da atividade produtiva humana... Em suma, quando essa aparência imediata da natureza é colocada no contexto histórico, o

apresenta-se como um processo de produção da natureza... No nível mais abstrato, todavia, é na produção da natureza que se fundem e se unem os valores-de-uso e os valores-de-troca, e o espaço da sociedade."(SMITH 1988:67)

Tal como diz TAVARES DOS SANTOS (1989) entendemos que o controle do espaço expressa a forma particular de **historização da natureza** que se produz através do processo da colonização; ou seja qual a forma social da terra que por ele se plasma.

O que fundamenta as políticas do Estado no período compreendido por nosso estudo é a categoria de "vazio demográfico", consubstanciada na evidência empírica de que na Amazônia havia uma baixa densidade demográfica. É desta maneira que o Estado institui um "vazio social" em um território ocupado milenarmente por nações indígenas, secularmente por caboclos originários da época do extrativismo da borracha, e modernamente por posseiros.

Para TAVARES DOS SANTOS a construção da categoria 'vazio demográfico' permite o desencadear de uma operação de 'naturalização social', desta maneira:

"o território assim esvaziado daqueles que o habitavam anteriormente, torna-se um espaço 'natural'... E esta natureza socialmente produzida deverá então ser ocupada por um projeto de colonização, o qual será a expressão de um modelo unívoco de organização do território". TAVARES DOS SANTOS (1989:108).

Ou talvez o mais correto seria a inversão dos termos. Pois, na realidade, estamos lidando com esvaziamento dos espaços ocupados e não com a ocupação de espaços vazios, já que, efetivamente, eles nunca foram vazios.

Há quem diga, e não são poucos, que a Amazônia ainda é um espaço para se implantar novas estruturas econômicas e sociais. Isto somente será possível se for desconsiderada a organização sócio-econômica e cultural já existente na região. Esta tem sido a ótica dos órgãos planejadores e executores que atuam a nível regional e nacional, sobretudo do INCRA, que se apropria de forma sistemática dos territórios indígenas para promover a colonização agrícola e implantar projetos agropecuários de cunho privado. Isso é possível constatar na área dos índios Uru-Eu-Wau-Wau, que vêm perdendo o seu território, desde a década de setenta, para empresários rurais do PAD Burareiro, no município de Ariquemes.

Com estas práticas é efetivada a naturalização do social nas novas terras simultaneamente com a estratégia ideológica de segurança nacional.

A ideologia da colonização, cunhada no **slogan rumo para o Oeste**, está presente na literatura, em livros como **A Marcha para o Oeste**, de Cassiano Ricardo (1940), e **O Paraíso Perdido**, de Euclides da Cunha. Encontramos também a presença da ideologia nacionalista em Getúlio Vargas, tentando legitimar o "Estado Novo": "O verdadeiro sentido da brasilidade está na marcha para o Oeste". Conforme Cassiano

Ricardo, que sintetizou com muita clareza o ponto de vista do Estado e dos grupos e classes dominantes:

"O que caracterizou a Bandeira, quando os seus integrantes passaram a se fixar ao solo, foi a pequena propriedade, e não o latifúndio, típico da economia litorânea. A marcha para o Oeste deve, portanto, retomar o princípio da pequena propriedade, sem, entretanto, atentar contra a grande, nem contra a hierarquia das classes, essencial à manutenção da sociedade." (apud HÉBETTE e ACEVEDO 1979:161).

Como se vê a utilização de mecanismos ideológicos está presente na trajetória da colonização. O termo "Marcha para o Oeste" representava o avanço da sociedade nacional sobre o território a ser "conquistado". E para o território ser "conquistado" foi preciso levar a efeito o processo de esvaziamento dos espaços ocupados nas novas terras.

Neste sentido, WAIBEL é categórico quanto a intencionalidade dessa ideologia.

"O engenheiro e geógrafo Américo Barbosa de Oliveira considera **aquele sentido de brasilidade** atribuído à palavra **rumo para oeste** como uma **fórmula mística**. Criação literária felicíssima, mas cujo significado vago dá margem para justificação dos maiores depautérios políticos, sociais e econômicos. É uma fórmula que satisfaz aos anseios subconscientes de todos os latifundiários e especuladores do país. Os de oeste, contando com a possível valorização de seu patrimônio, os de leste, adquirindo a certeza da manutenção do **status quo**, isto é, a certeza de poder tranquilamente

a exploração extensiva do solo, ou locupletando-se com sua **valorização, apenas, sem explorá-la.**" WAIBEL (1958:292).

O processo de colonização traz consigo o projeto da pequena propriedade no entanto sem alterar os latifúndios. Neste sentido a colonização agrícola foi, e é, a garantia de manutenção da estrutura fundiária no País.

O Estado "esvazia" os espaços ocupados e engendra nas novas terras a "tecnologia social" da colonização agrícola. Isto, em outras palavras, representava uma determinada ideologia da natureza, uma versão equivocada e distorcida da realidade. SMITH (1988) estabeleceu claramente o significado de ideologia: A ideologia não é simplesmente um conjunto de idéias erradas, mas sim um conjunto de idéias radicadas na experiência prática, embora seja a experiência prática de uma dada classe social que vê através da sua própria perspectiva e, ainda assim, de forma parcial. Embora seja, dessa forma, uma reflexão parcial da realidade, a classe tenta universalizar sua própria percepção do mundo. Na realidade, a imposição dos objetivos das classes e grupos dominantes, através dos aparelhos jurídico e administrativo do Estado, precisa de uma âncora ideológica-legitimadora que, disfarçando as contradições sociais, identificam como sendo geral e, ainda mais, como sendo dos próprios grupos subalternos os interesses particulares das classes e grupos dominantes.

A naturalização socialmente produzida cumpria um papel específico neste processo. Qual o sentido que poderia ter

uma natureza "separada" da sociedade? O esvaziamento da natureza justificava uma "dominação" e a moralidade social da colonização fornecia um modelo para o comportamento das ações governamentais para a Amazônia.

Ancorados nas relações dialéticas que são estabelecidas entre sociedade/espaco, transportadas para a dialética homem/natureza, podemos afirmar que o homem adquire inicialmente um conhecimento pautado nas experiências do cotidiano - um conhecimento empírico, seguido de um conhecimento científico e técnico. E também os diferentes grupos e classes sociais locais ou originários de outras regiões, estabelecem, nas novas terras, relações de intervenção na natureza conforme seus interesses ou modo de viver. É, assim, percebido o ecossistema existente, ao mesmo tempo em que é construído o espaço geográfico.

O ecossistema resulta de interações bióticas e abióticas. O espaço geográfico nasce do trabalho do homem sobre o ecossistema, e exprime o projeto particular de cada sociedade.

Assim concebido, o espaço geográfico é, na verdadeira acepção da palavra, um produto social, porque resulta do trabalho que a sociedade organiza para alcançar os seus objetivos. Ou seja, a sociedade está inteiramente motivada para a produção do espaço, em sintonia com os projetos a que se propõe. Utiliza nessa tarefa os modos e as ações que a sua cultura coloca à sua disposição: força de trabalho,

meios de produção, ciência e tecnologia, relações simbólicas, etc.

Os "projetos" de cada sociedade constituem, portanto, um fio condutor do conhecimento do seu espaço, resultado do sistema de valores, tradições, atitudes e práticas culturais, sociais e políticas. Em outras palavras, resultam da ideologia na qual cada sociedade colhe as suas motivações e as suas razões de ser e agir. Segundo ISNARD (1982:48), "o homem subtrai o espaço aos ecossistemas, trata-o, na sua dinâmica, orientado pela cultura, organiza-o, transformando-o em espaço geográfico."

O mesmo autor reconhece, sem relutância, que é na prática que se efetuou a aprendizagem do meio e se conceberam os primeiros utensílios, as primeiras técnicas. A observação nascida do contacto direto com a natureza permitiu a descoberta das interdependências que regulam os ecossistemas.

Os índios, por exemplo, perceberam, ao longo de sua história pretérita, que a fertilidade da terra na Amazônia estava diretamente relacionada com a floresta e desenvolveram um tipo de agricultura perfeitamente integrada à "mata" (cf. MEGGERS 1967). Ou seja, estabeleceram uma utilização ótima do seu hábitat sob o jogo e desenvolvimento de suas culturas. Os seringueiros, mais recentemente, compreenderam e exploraram o potencial extrativo da Amazônia, sem que para isso fosse necessário a destruição das densas florestas equatoriais. Já os colonos e

os posseiros que ocuparam modernamente a região, ao contrário, não se integraram de imediato à natureza, pois tentaram num primeiro momento reproduzir nas novas terras os modos de viver de suas regiões de origem. Hoje, com a experiência e o aprendizado com outros grupos locais, tentam adequar suas culturas ao ambiente amazônico.

As sociedades indígenas têm a sua racionalidade construída no domínio das estruturas de parentesco, que sobredeterminam as relações entre os grupos, o exercício do poder, as concepções míticas e as atividades de produção. GODELIER diz que a economia nessas sociedades não é senão um aspecto da realidade social global. Pois são as relações de parentescos que fixam os direitos de utilização do solo, divisão dos trabalhos e partilha dos alimentos, (Apud ISNARD Idem: 38).

MOSCOVICI (1972:388) reconhece que o "homem tem o poder de suscitar, de combinar as forças naturais em função do imperativo da coletividade, tendo em conta a sua extensão e a sua estrutura." Este foi o empreendimento realizado pelos seringueiros na Amazônia desde o século passado até a primeira metade deste século. Estes, por sua vez, passaram a disputar o espaço já produzido pelas sociedades indígenas. Também é verdadeiro o fato de os seringueiros terem herdado um "projeto" elaborado pelos índios, ou seja, herdaram uma ética no que diz respeito à relação homem/natureza.

As sociedades indígenas estavam organizadas em função da sua auto-subsistência. Já os seringueiros estavam

intimamente ligados a um sistema de subjugação e exploração, e, só posteriormente, organizaram a auto-subsistência. Portanto, ambos estavam regulados para se manter numa simbiose com a natureza.

Projeto completamente diferente tem a sociedade nacional para a Amazônia na segunda metade deste século. Para ela, como axioma, o progresso material é a condição imperativa para sua expansão, expansão esta apoiada na técnica e na ciência, voltados ao lucro e estranhos ao meio amazônico. E a colonização pretendia ser o mecanismo de tal empresa.

Outra das estratégias do capital consistiu em estruturar de forma diferente o espaço amazônico e o tecido social local que com outras formas e objetivos de produção, não estavam totalmente integrada ao mercado, substituindo-os por formas dependentes, integrados quase completamente à lógica capitalista. Assim, o resultado do trabalho dos indígenas, sítiantes, caboclos, posseiros e colonos é incorporado ao mercado que a "sociedade nacional" estendeu de forma dependente e diferenciada pela "fronteira" amazônica. Assim,

"a expansão gradativa do mercado que vinha ocorrendo na década anterior (1960), acelerou-se bastante desde que a SUDAM, BASA, INCRA, FUNAI e outras agências passaram a induzir e dinamizar o desenvolvimento das relações capitalistas de produção na região. De repente, o consumo de produtos manufaturados passa a ser importante, ou essencial, nos

centros, margens, lugares, vilas e núcleos indígenas." IANNI (1986:73).

A título de exemplo, hoje é comum encontrarmos os índios Suruí, os Pacaás-Novos e muitos outros comprando na cidade produtos alimentícios e vestuários de que necessitam.

Os grupos indígenas, como não poderia deixar de ser, são os que mais têm sentido o impacto do avanço da sociedade de mercado sobre sua cultura. A relação do índio com o mercado implica na introdução de novas necessidades no seu modo de vida, criando uma relação de dependência e desigualdade. Para ALTIMAN e ZWITSCH (1980:26) "é o caso dos índios Suruí, de Rondônia, cuja atração começou em 1968, alguns dos quais foram rapidamente convertidos em peões". O peão entra em constante endividamento, chegando a constituir-se em trabalhador compulsoriamente preso ao fazendeiro: um semi-escravo.

As transformações econômicas e sociais promovidas pelas relações capitalistas introduzidas na Amazônia atuam desestruturando e incorporando espaços existentes, produzidos em tempos pretéritos. Espaços compostos por sociedades indígenas, grupos de seringueiros, castanheiros, pescadores e a população local residente nas cidades, vilas e vilarejos, estabelecidos quase sempre ao longo dos rios da Amazônia. Isto por que a sociedade local estava estruturada social, econômica e culturalmente em outras bases e princípios.

Até o início da década de setenta, as atividades econômicas ligadas à agricultura e à pecuária eram

desenvolvidas e influenciadas pelas exigências do consumo endógeno à região. Entretanto, não se pode negligenciar que a produção extrativa da Amazônia sempre esteve voltada para o mercado externo, a exemplo da borracha.

O espaço amazônico, segundo AB'SABER (1989), apresentava-se estruturado de forma linear e beiradeiro, ao longo dos rios e igarapés da bacia amazônica. A vida econômica, social e cultural, ligada diretamente ao extrativismo, e à subsistência apresentava-se em perfeita simbiose com o meio e relacionada a um sistema de transporte e comunicação intimamente imbricado aos rios da região. Como resultado da nova política de ocupação, o tecido social regional foi desestruturado e reorganizado pelo processo de colonização.

3.2 O Sentido da Colonização.

Para efeito de nosso estudo utilizaremos a noção de processo de colonização agrícola que, mesmo em sua formulação mais simples, conforme apontou TAVARES DOS SANTOS (1989), constitui um processo social complexo, de dupla dimensão, espacial e temporal, que faz interagir forças sociais em conflito e, deste modo, produz relações sociais.

A dimensão espacial envolve trajetórias sociais de regiões distintas, seja no sentido rural/rural, seja no sentido rural/urbano. Estas migrações estão recheadas de conteúdos particulares, porém existe uma reciprocidade nas relações. O colono passa simultaneamente por dois vieses: o da dessocialização em sua região de origem, e o da ressocialização nas novas terras.

O colono, ao sair nas condições em que sai, modifica a dinâmica das relações sociais de seu lugar de origem, altera as relações familiares, de compadrio e de vizinhança. Ao chegar nas novas terras, vai continuar migrando de cidade em cidade até conseguir a sua "terra de trabalho", que motivou a sua partida. Ele vive no limiar de duas situações sociais, pois vivencia a duplicidade de estruturas sociais completamente diferenciadas entre si. Portanto, a dimensão espacial relaciona intimamente as regiões de origem dos colonos com as novas terras. Esta situação leva o migrante a continuar sendo objeto, e não o sujeito que deveria ser. Neste sentido MARTINS (1988:11) é categórico ao dizer:

"Migrar temporariamente é mais que ir e vir, é viver em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais... É sair quando está chegando, voltar quando está vindo. É necessitar quando está saciado, é estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum, partir sempre e não chegar nunca".

Conforme OLIVEIRA (1990) e MARTINS (1988 e 1990), a necessidade da busca das novas terras é resultado de quem,

como camponês, vive no limite de sua mera reprodução. O que é consubstancialmente agravado pelo cerco imposto pelo capital.

A segunda dimensão do processo de colonização - a temporal - está relacionada ao período de duração na qual se concretiza: segundo TAVARES DOS SANTOS (1989:114), "tal duração se estabelece de um ponto, datado social e historicamente, a outro, o que significa também que o processo de colonização passa por certos ciclos." Podemos identificar neste processo, três ciclos importantes de colonização:

1º "A colonização de 1940 a 1945 para os trabalhadores nacionais" objetivando atender excedentes populacionais de "trabalhadores nacionais pobres";

2º "A colonização de 1951/1960, cujo objetivo era o atendimento de "zonas empobrecidas" e sem emprego. Período de fortes lutas sociais no campo, a exemplo das ligas camponesas;

3º "A colonização de 1970 contra a reforma agrária."

Compreende-se que o processo de colonização é realizado durante um determinado tempo, quando são produzidos efeitos sociais significativos: são os efeitos simbólicos e políticos que se manifestam no espaço social concretizado pela colonização. Ou seja, durante o tempo social da colonização, produzem-se símbolos que tentam atrair as populações das suas regiões de origem. Um exemplo de

representação produzida nas novas terras foi a utilização do conceito de "Eldorado", "Rondônia Canaã da Amazônia", lugar onde o camponês certamente realizaria o seu "sonho da terra própria" e encontraria fartura. Isto passa a fazer parte do imaginário social dos migrantes, influenciando na decisão de partir para as áreas de colonização.

Segundo TAVARES DOS SANTOS (1989:114),

"outro aspecto da temporalidade da colonização consiste nos efeitos políticos que se verificam, pois o que se objetiva é a reprodução da dominação social, durante um certo tempo, no espaço social da colonização, e a mensagem difundida vai intervir nas práticas políticas das forças sociais em conflito".

O papel político deste processo surte o efeito desejado, mesmo que momentaneamente, como no caso do último ciclo de colonização, quando não se efetivou a reforma agrária e manteve-se ou mesmo aprofundou-se a concentração fundiária em todo País.

O cruzamento das dimensões espacial e temporal da colonização agrícola nas novas terras revela as diferentes classes, grupos e forças sociais atuantes no processo. No período da "colonização contra a reforma agrária" podemos identificar as seguintes: o Estado, manifestado através de suas diversas agências a exemplo de INCRA, SUDAM, BASA, EMBRAPA e CIBRAZEM; as empresas e as cooperativas de colonização; as empresas de mineração; os grupos de garimpeiros; os grupos dominantes locais; as nações

indígenas; os grandes proprietários fundiários; os camponeses.

Os diferentes grupos, classes ou forças sociais, originários de regiões diversas, possuem interesses particulares, isso provoca relações sociais novas, quer na relação homem/natureza, quer nas relações dos homens entre si.

O papel do Estado é ressaltado como "maestro" dos conflitos sociais e dos processos sociais emergentes. Ele exerce funções normativas na acumulação e na legitimação e age como "fio condutor" dos processos sociais. Intervém diretamente em várias escalas espaciais, participando diretamente de sua elaboração e transformações, estimulando diversos fluxos, aliviando tensões sociais localizadas e combatendo frontalmente outros movimentos.

O Estado atua nos conjuntos espaciais em diferentes escalas, articulando sua ação desde o nível internacional até o local, participando ativamente nas transformações espaciais, e sua presença também é relevante junto aos conflitos sociais, sendo que a cada nível sua ação é permeada e sofre a influência dos agentes e grupos sociais em presença, segundo sua força relativa.

A ação governamental acentua as contradições internas nas novas terras, incrementando planos e programas de novas políticas e tecnologias. Apontamos quatro principais:

- 1º uma crise ecológica que se deu em vários lugares, causando, por exemplo, compactação do solo na

- produção da monocultura, bem como as queimadas provocando efeitos irreparáveis ao meio ambiente;
- 29 uma crise de mercado, grandes estoques e mercado local insuficiente, e problemas de armazenamento da produção;
- 39 ineficácia da modernização tecnológica;
- 49 uma crise financeira, endividamento bancário, causando a chamada "expulsão branca" das unidades de produção camponesas.

As transformações espaciais são complexas e influenciadas por inúmeras forças. O Estado se nutre e se fortalece desta diversidade, negociando entrepostos, estimulando fluxos e reordenando subconjuntos espaciais.

As ações governamentais atuam sobre o território conforme os interesses dos grupos econômicos aliados às políticas de segurança nacional. Sobre o território FOUCAULT (1988:157) diz que é uma noção geográfica, mas acima de tudo é um instrumento jurídico-político: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder. Para HÉBETTE e ACEVEDO (1979:155)

"a colonização, com seu aparato legislativo, vai se tornar, para a classe de proprietários rurais interessada no monopólio da terra, um instrumento de domínio e de controle da ocupação do espaço - de controle, portanto, dos grupos sociais que vão ocupá-lo e de atividades produtivas."

Sob a égide da colonização assiste-se a implantação de uma "tecnologia social" para controle não só das propriedades nos programas de colonização, mas de todo o território ainda não apropriado nas novas terras.

O Estado procura controlar o território, e para tal é fundamental que se realize o controle dos homens, pois o processo de colonização implica na remoção de população de lugares "velhos" para estabelecê-la nas novas terras. TAVARES DOS SANTOS (1989:107) entende tal processo como "uma técnica social que utiliza mecanismo de controle do espaço e dos homens, para reproduzir a dominação de classe sobre as populações rurais brasileiras."

É no cotidiano das colônias que o controle chega a exacerbação,

"toda atividade econômica não prevista provoca desapropriação e, no limite, represálias: seja a interdição do garimpo, seja às condições de venda dos produtos a outros comerciantes que não as cooperativas... Em vários programas houve restrições às iniciativas de organização sindical, ou à instalação de lideranças artificiais, ou ainda, a vigilância policial". (TAVARES DOS SANTOS, 1989:108)

A respeito da valorização das novas terras, GNACCARINI (1980:61) coloca que

"...grandes e médios capitais - dinheiro imobilizam-se na apropriação da terra com objetivos puramente especulativos, trata-se de práticas especulativas mais ou menos

aleatórias ou sistemáticas (neste caso, incluem-se as companhias colonizadoras), em que se joga com a pura valorização do título de propriedade.”

Isto representa a obtenção extraordinária da renda da terra absoluta pelas empresas colonizadoras e grandes proprietários fundiários.

Na escalada pela apropriação da renda fundiária, as terras públicas são privatizadas pelas colonizadoras e proprietários rurais com apropriações de grandes áreas de terras. Nas áreas de colonização privada a venda de lotes nunca é efetivada de uma única vez. Isto possibilita ao empreendedor mais um lucro extraordinário, ou seja, a apropriação de uma renda diferencial, pois a venda, o beneficiamento e a produção dos primeiros lotes irá “valorizar” as terras mais próximas a estes. No caso das áreas de colonização oficial, segue-se o mesmo raciocínio. Os projetos de colonização sempre apresentam-se espacialmente distribuídos próximos às grandes empresas rurais e latifúndios.

MARTINS (1979:29) ao evidenciar as transformações em nossa sociedade no século passado, propiciadas pela cafeicultura, com a promulgação da lei de terras em 1850 e a substituição de trabalho escravo pelo livre, lembra o seguinte: “a renda capitalizada no escravo transformou-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa.” Logo, o

problema da capitalização da renda fundiária através da realização/incorporação do trabalho alheio às terras tem suas raízes na instituição da propriedade privada em nosso País desde a segunda metade do século passado. Portanto, no Brasil contemporâneo, o "cativeiro da terra" exprime o controle das classes e grupos dominantes sobre as "populações subalternas".

Um outro ponto a ser considerado é que a colonização nas novas terras não se dá somente no espaço rural, mas também simultaneamente no espaço urbano. Segundo GNACCARINI (1980:66),

"Não só os loteamentos são localizados de preferência em ligação com cidades de alguma importância comercial, como ainda as grandes empresas de colonização criam cidades e abrem uma rede de estradas para o serviço das pequenas propriedades. Instalados os patrimônios urbanos aliciam comerciantes que venham radicar-se nesses centros".

Também nas áreas de colonização oficial, as agências estatais promovem a "urbanização" vinculando-as fortemente à economia de mercado. Um exemplo é o NUAR - Núcleo Urbano de Apoio Rural, implantado em vários pontos dos projetos de colonização, sendo que apenas alguns conseguem evoluir à condição de cidade.

O Estado surge, então, como acentuador e magnificador das contradições sociais, na verdade produz um espaço urbano de populações extremamente empobrecidas e efetivamente não

consegue estruturar o espaço rural. De fato, segundo SOLER (1978), é verificada uma "hiperurbanização populacional" de algumas cidades, a exemplo de Ji-Paraná, expressando um caráter de agente colonizador das cidades, como resultado da incapacidade do meio rural de criar as condições necessárias para a fixação efetiva do homem no campo. Na verdade trata-se de uma situação normal nas áreas de colonização na Amazônia neste período e não de hiperurbanização. Pois era uma das metas do PIN expandir mercados nas novas terras.

A ligação que aproxima o colono às áreas urbanas são os serviços encontrados na cidade, como educação, saúde, lazer e crédito bancário, que segundo GNACCARINI (1980:66), "prendem inevitavelmente o colono ao mercado, reforçando os vínculos sociais com a sociedade inclusiva, cujas riquezas são as mercadorias". O que vem demonstrar a necessidade de manter as pequenas propriedades nas novas terras, pois esta é constante reserva de mão-de-obra. O excedente de mão-de-obra relativo àquela parcela que ou não consegue terra, ou é expropriado, ou absorvido como trabalhador assalariado nos projetos agropecuários ou nas cidades surgidas ao longo dos projetos de colonização.

O resultado da política de colonização também é manifestado nas inúmeras invasões de terras organizadas por grileiros e empresas fantasmas de colonização e iniciadas pela onda cada vez mais crescente de migrantes expulsos de seus lugares de origem, que foram em busca de "terra de trabalho", criando uma situação fundiária insustentável.

A contradição do processo de colonização é consubstanciada numa "engenharia social" posta em prática nas novas terras. O Estado, tentando manter o controle do território e dos homens, promove uma seleção social dos ocupantes das novas colônias, sendo a exclusão social a outra face deste processo.

Para TAVARES DOS SANTOS (1989) esta escolha foi acompanhada de uma seleção regional dos colonos: tratava-se de reunir populações de várias regiões do país, não só do nordeste mas também do Sul... A seleção regional e social foi consolidada por uma figura simbólica particular. Tratava-se da categoria do colono modelo ...O colono modelo será tecnicamente moderno e politicamente conformista, e símbolo de um grupo social que o poder desejaria ser portador de uma ordem moderna nas novas terras. Assim o "colono modelo" deveria estar aberto às inovações tecnológicas e de créditos, participar de cooperativas, não associar-se a sindicatos, ser submisso às orientações das agências de colonização, seja o INCRA ou as agências privadas.

Contudo, quem não chegou à condição de colono modelo foi deixado de lado, tanto do ponto de vista material quanto simbólico. Para TAVARES DOS SANTOS (1989:109)

"isto é demonstrado pela repetição dos estereótipos em nível local, de repercussões políticas e mesmo de ordem repressiva, quanto pelas queixas e denúncias dos colonos" nesse sentido, o seu nomadismo será

um testemunho da exclusão socialmente produzida."

Desta maneira, aqueles colonos que, no início do processo, foram selecionados como "aptos" para os programas de colonização ao perderem os lotes passaram a ser denominados de "péssimos agricultores" e dessa forma, são estigmatizados. A migração constante destes grupos, que representam a massa de excluídos, indica uma das contradições do processo de colonização nas novas terras.

Não somente os "antipioneiros" são os excluídos e, no limite, estigmatizados, mas também fazem parte deste grupo, nas áreas de colonização, os índios, os ribeirinhos e os posseiros. A exclusão representa mais uma concretude nas áreas de colonização, sejam os excluídos do campo ou da cidade. Os NUARES que não conseguem evoluir à condição de cidade mantêm-se como núcleos de excluídos, núcleos de pobreza, núcleos dos expropriados dos projetos de colonização.

Como resultado da política de colonização agrícola, o INCRA passou a atuar simplesmente na regularização de situações emergenciais. Uma vez que os colonos tornaram-se sujeitos políticos nas áreas de colonização, deixando de ser "modelo", como pretendiam as elites dirigentes, passando à condição de sujeito político nas novas terras. Com o processo de conscientização começam a reivindicar e ocupar terras improdutivas em quase todo o Estado de Rondônia.

4 OS VELHOS E OS NOVOS HOMENS NA COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA

Sem terra e a fé de Deus a gente não vive, nós precisa ter a terra, porque sem terra não tem condição da gente viver não meu amigo. O mais certo é a pessoa ter a terra pra trabalhar. Terra é uma liberdade pra pessoa que sabe o que é uma terra e quer trabalhar na terra... Quer dizer que a pessoa que não quer terra, ele fala assim: hoje eu estou aqui, amanhã eu tou lá, para que eu quero terra. Terra pra que? Mas é um sofredor. (Colono do PIC S. Girão, 1993).

4.1 "Sem a Mata Não se é Gente."

A terra foi transformada em equivalente de capital, transfigurada em relações sociais impostas pelo capital. Este é a "prostituta universal", na expressão de Marx, que a tudo corrompe, transforma e metamorfoseia. Assim, ela é retirada da natureza apropriada por quem possui poder e riqueza, negando o sustento para os milhares de trabalhadores que dela precisam. O resultado é que o camponês é permanentemente expulso da terra, que ao invés do sustento para sua família, com frequência sofre as diversas formas de violência, inclusive a morte. Todavia, o pequeno produtor brasileiro é um personagem insistente, a terra, agora tornada estranha e hostil, obriga-o a migrar, a buscar novas terras, mesmo que distantes de seu lugar de origem,

onde possa se reproduzir enquanto tal. Neste sentido a tabela 01 apresenta indicadores que ilustram esta situação:

TABELA 01
MIGRANTES EM RONDÔNIA SEGUNDO O ESTADO DE PROCEDÊNCIA, 1980

Estado de procedência		TOTAL		%
PARANÁ		7.538		38,94
MATO GROSSO		3.395		17,49
MATO GROSSO DO SUL		1.898		9,81
ESPIRITO SANTO		1.079		5,57
MINAS GERAIS		1.072		5,54
SÃO PAULO		1.306		6,75
GOIÁS		667		3,45
CEARÁ		187		0,97
RIO DE JANEIRO		171		0,88
RIO GRANDE SUL		207		1,07
BAHIA		388		2,00
EXTERIOR		276		1,42
OUTROS		1.182		6,11
TOTAL		19.356		100,00

FONTE: GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA/SEPLAN - 1980.

Os dados acima apresentam um fato importante que diz respeito ao número significativo de migrantes das regiões Centro-Sul do país estabelecidos em Rondônia, nos remetendo às regiões de origem dos colonos, pois o processo de colonização agrícola traz consigo o fato dos migrantes desvincularem-se de seus cotidianos. Quer seja das lutas sociais, quer seja de seu ambiente natural.

Considerando o fato expressivo da migração para os projetos de colonização em Rondônia ser proveniente dos estados meridionais do país, faremos um pequeno relato, a título de exemplo, com os colonos provenientes do Rio Grande Sul. Até porque uma parcela significativa dos migrantes

procedente de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são gaúchos. TAVARES DOS SANTOS, 1991 vai denominar estes migrantes de "matuchos" uma referência direta do lugar de origem com o novo lugar onde residem.

Os migrantes europeus ao estabelecerem-se no Brasil ocuparam fundamentalmente as áreas de mata das regiões meridionais. Ancorados no fato de que terra de solo rico eram as terras florestais, onde concentravam-se as terras roxas. Segundo WAIBEL (1958:217),

"as companhias particulares de colonização tomaram a si o encargo e colonizaram as áreas florestais do Estado de maneira muito efetiva... E encontramos hoje em dia uma população de pequenos agricultores brancos, que juntamente com suas esposas e filhos tem lavrado a terra e estabelecido lares do tipo europeu."

Os colonos europeus procuraram reproduzir no Brasil o seu modo de viver, pois esta região apresentava similaridade com aquelas de origem dos colonos europeus. Conforme WAIBEL (idem:208),

"A vegetação do Sul do Brasil consiste em dois tipos principais: as densas matas sempre verdes que, excluindo as araucárias, são compostas de árvores tropicais de folhas laminares, e campos limpos que fisionomicamente se assemelham as estepes das zonas temperadas".

Que relação poderia existir entre a colonização européia do século passado com a colonização das novas terras no Brasil contemporâneo?

À primeira vista parece que não há relação alguma. Porém, a maioria dos migrantes que hoje participam desse processo em Rondônia é composta por indivíduos descendentes daqueles grupos que ocuparam o Sul do país, viveram e formaram seus conceitos e sua forma de relacionar-se com a natureza, com seus conhecimentos adquiridos em tempos pretéritos. E estes grupos ao chegarem nas novas terras procuraram reproduzir também suas próprias culturas, em ambientes totalmente diversos. Assim eles tentam reproduzir nas novas terras o velho estilo europeu de cultivar a terra, o qual muitos já haviam perdido, pois grande parte dos que chegaram em Rondônia era constituída por camponeses expropriados.

Contudo, ao chegarem nas novas terras, os colonos do Sul foram constatando que eles não estavam habitando um "espaço vazio". Pois o território que lhes era destinado pelo INCRA estava ocupado milenarmente por grupos indígenas e secularmente por seringueiros.

Para o planejamento estatal, o "vazio demográfico" socialmente produzido deveria ser ocupado por colonos e em Rondônia principalmente com colonos procedentes da região Centro-Sul do País.

Como o esvaziamento dos espaços ocupados deu-se apenas no nível abstrato, podemos imaginar o conflito promovido principalmente pelo INCRA no cenário de Rondônia, nestes vinte anos de colonização agrícola.

é neste sentido que a colonização foi uma incorporação do espaço ocupado por outra sociedade diferente daquela que habitualmente residia na região.

O convívio entre os grupos de seringueiros, índios e camponeses não foi amistoso num primeiro momento, pois disputavam o mesmo espaço. É o que nos relata um ex-seringueiro que perdeu sua "mata" para os colonos:

"Olha a mata pra nós que mora aqui ela é muito importante de muito valor pra nós, e ela aqui é onde nós arranja tudo de bom na mata, aí as matas nos dá vida. Pra todos nós traz vida, as matas traz alegria pra gente, porque o homem destrói as matas né? Ali tinha animal feroz, ali tinha onça, mais ali tem um porco que dá vida pra nós, alimentação: ali tem o buriti, o açaí e outros tipos de alimentação sai da mata, mais se nós destrói as mata vai se acabar tudo, é ou não é?..."

Esse pessoal que vem do Paraná pra cá não sabe o que é açaí, abacaba, buriti, não conhecem. Já derrubaro tanto açaí que tinha por aí. Agora o senhor sabe porque derrubaro todo açaí? É pra tirar o palmito, que perversidade, pelo amor de Deus. Eles não sabem tomar vinho do açaí só querem o tal de palmito, eu não consigo entender esse povo que vem de fora... tem um jeito de tirar o açaí sem derrubar, mas esses miserave vai jogar um machado ali, destruir, é uma coisa horrível, aquilo era pra ser processado. A coisa que mais me dói na alma era ver derrubar uma seringueira, ou derrubar uma palmiteira... O senhor não queira saber o vinho do açaí com um poquim de farinha que alimentação não dava pra gente! Tem muito ferro, a gente fica forte. Agora destruir por causa dos palmito? É que o açaí tendo sal e munição a

gente vive bem. Caça tinha demais e o açaí é boa alimentação. O açaí era o macarrão, era o feijão era tudo, o açaí se faz de várias maneiras.

Relato como este confirma nossa hipótese de que os migrantes procuraram reproduzir nas novas terras os seus costumes e seu modo de viver. Assim em certos momentos os grupos são vistos como rivais. Percepções e comportamentos diferentes serão sempre objeto de oposição entre os atores sociais em questão. Todavia, é da relação contraditória entre os vários personagens que os migrantes vão produzindo sua concepção de natureza na Amazônia, vão vivenciando-a, entendendo-a.

Esta contradição aparente entre os interesses dos que vem de fora - o colono - e o seringueiro é resultante da concepção de natureza que cada grupo detém, concebida ao longo de suas vidas. O seringueiro construiu relações míticas com seu espaço vivido realizando uma íntima convivência social e espacial com seu lugar. Ele atribui à natureza elementos humanos, para apossar-se das forças da natureza, ainda que revestidas de sentido mítico. É o que GODELIER (1974) vai denominar de **analogia**. A analogia segundo GODELIER "consiste na projeção, na natureza, de características humanas; é algo como que a antropomorfização do mundo físico." (apud DUARTE 1986:14).

Integra-se no universo de seu espaço vivido. Existindo uma reciprocidade no seio da comunidade e a intimidade com o meio onde ele caça, retira o sustento da família, a "mata" é

"valor", é vida. É o lugar do perigo, mas ao mesmo tempo, é um lugar que representa a liberdade. A relação desenvolvida entre a floresta e o seringueiro é tão íntima que ela torna-se um pouco de si, a extensão física de seu corpo.

Os seringueiros desenvolveram sua própria lógica de racionalidade com relação à floresta, diferentemente da lógica da sociedade abrangente ou mais especificamente dos colonos.

Para o seringueiro a "mata" é um espaço de moral, é o local onde se movimenta, é o espaço de produzir e viver. Portanto a floresta é ao mesmo tempo onde ele nasce, onde ele produz e onde ele é enterrado. A "mata" é lugar de vida, ela também é um dom, e por isso ela é uma garantia de liberdade humana. Por conseguinte, na percepção do seringueiro "sem a mata não se é gente". E a condição de trabalho passa a ser apenas uma condição de sobrevivência e não uma condição de acumulação. O enfrentamento com a mata foi uma realidade que se deu desde o momento da chegada no seringal por parte do migrante nordestino. Assim nos relata um ex-seringueiro:

A vida no seringal era uma vida que, vida solitária. É o seguinte, o seringueiro chegava no barracão do patrão, o patrão vivia na cidade, em Porto Velho, Manaus, tinha um representante por nome gerente. O gerente que colocava aquele seringueiro lá no interior da mata. Chamava interior porque era na mata mesmo. Naquele tempo a mata era virgem, era mata, não tinha descoberta nem um palmo de terra,

também não tinha estrada, nem cidade, nem posto de saúde, nem escola e muito menos colonos. Não tinha isto que tem hoje, só tinha mata. Muita seringa, castanheira, muita caça, era um tempo que nem tinha dinheiro, eu passei oito anos sem pegar em dinheiro, mas era um tempo de muita fartura. Era um tempo de muita solidão mas era um tempo de muita fartura.

À medida que a colonização ia se tornando uma concretude, o seringueiro ia cedendo, ia perdendo seu espaço de produção. Ou seja, perdia a mata. é o que percebemos no relato de outro seringueiro em tons de quase revolta:

Nós acha que nós tem muito respeito às mata. E merece porque ali tem vida pra gente. Veja bem, o senhor viajou aqui nesse pedaço de terra, o senhor não viu do lado e outro da BR tudo derrubado? Imagina o senhor daqui a um tempo, Como vai ficar tudo isso, num vai ficar como o Paraná, sem mata alguma? Já tá acabando o peixe, já tá acabando aquela riqueza, já tá acabando aquela coisa boa que nós tinha, mas não é nós que acabamo, não são os índios, pode me dizer que eu sou que nem índio mesmo. Eu fico satisfeito (...). Essas pessoa que vêm de fora pra cá não sabe o que é a mata, que chegaro com moto-serra, veio pra derrubar as mata. Porque na nossa mão não derrubava, e nas dele derruba a mata. É uma prevesidade.

Sobre um espaço modificado, ou melhor, privado de seu significado simbólico que diz respeito ao seu modo de vida, o seringueiro já não está mais em sintonia com a natureza. Esta foi destruída, redecodificada por situações impostas por novas exigências do desenvolvimento do capitalismo na região Amazônica. Dessa forma, o seringueiro já não é senhor

de si, vive como um estranho na sua própria natureza, não é mais senhor das "matas". Esta separação do seringueiro de seu espaço vivido é gerador de caos, de insegurança, de alienação e, contraditoriamente, de desalienação. Chegam a um processo de retomada de consciência da perda de seus direitos, e por isso, lutam junto com outros povos da floresta, também em Rondônia.

Esta reestruturação do espaço implica, necessariamente, uma mudança nos grupos autóctones, que são induzidos a alicerçarem a sua organização, não mais sobre as relações de compadrio, de amizade, de parentesco, das tradições, das festas religiosas, dos ritos, mas sobre a posição dos indivíduos no processo produtivo imposto pela nova condição social, apoiada unicamente na economia de mercado.

É por esta razão que os seringueiros consideram a colonização como se fosse um mal que veio para lhes destruir.

A colonização pra nós seringueiro não tá dando certo porque pra sair essas colônia aqui cortando a terra de índio, a nossa terra. Os velhos, aquelas pessoa idosa que tinha aqui foi tudo prejudicado, eu foi um deles, fui prejudicado igual os índio. Eu e muito colegas meus foram prejudicado. Porque naquela terra a gente tinha direito. Podiam respeitar nosso direito e nós não tivemos esse direito, então isso ficou lá para os colonos. (ex-seringueiro, 1992).

Por outro lado o colono que veio do Sul, num primeiro momento, ao chegar nas novas terras procurou cultivar um

sentimento de indiferença com relação ao seringueiro. Pelo código de conduta do migrante era inconcebível que um sujeito pudesse trabalhar dentro da mata. Esta situação é observada pelos próprios seringueiros:

O seringueiro era tratado com desdenho. Assim como um povo à toa, sem estudo, sem nada. Considerado um preguiçoso. É enxergado como nada. Dizem que o tempo de seringueiro já passou, uma vez que o governo estabeleceu a colonização e derrotou os seringueiros. (ex-seringueiro, 1992).

Ou então no dizer de um colono do PIC Sidney Girão:

... aqui é parado, sem desenvolvimento, por causa de ter muito nordestino e seringueiro. Porque o nordestino e o seringueiro era aqui do norte, tem aquela base do norte que tem muita coisa, aquela fartura danada, então chega aqui e planta uma rocinha e dava pra eles passar o ano, e não ligava pra muita coisa. Então esse pessoal só derrubava um alqueire de terra e nunca mais faz nada, você tá entendendo? ai vivia de babagu e de castanha e muita caça, então eles vivia nessa situação.

4.2 O Estigma dos Homens da Floresta e o Difícil Aprendizado dos Colonos.

No discurso acima percebe-se que o seringueiro se sente derrotado na medida em que se implantou a colonização em suas áreas de trabalho. O sentimento de abandono tem a ver com aquilo que eles chamam de perda dos direitos. E estes direitos são representados pelo livre acesso à floresta. Com a colonização esse direito é eliminado.

Com os agentes sociais em presença, os interesses são múltiplos e na correlação de forças surge a criação do estigma, que em síntese representa a reprodução da sociedade dominante. Esta determina valores, cuja normatização é reproduzido para toda a sociedade, e quem não os aceita é excluído. Processo que chega a levar os excluídos a auto responsabilizar-se pela exclusão socialmente produzida. No caso do seringueiro, nas áreas em que há confronto com colonos, estes são considerados como preguiçosos, que não querem trabalhar, chegando os próprios colonos a reproduzirem tais discursos. Todavia, o seringueiro é um dos agentes que vai contribuir para o aprendizado do colono nas novas terras, e posteriormente eles serão "imitados" pelos colonos no seu aprendizado com relação à floresta em particular e o meio amazônico em geral.

A respeito do estigma, GOFFMAN (1978:15) coloca que

"por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base

nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida."

Certos grupos foram estigmatizados, a exemplo dos índios e caboclos nas áreas de colonização, pois lhes eram atribuídos símbolos de estigmas, sendo suas chances de reprodução social cada vez mais difíceis, ou praticamente impossíveis. É o que demonstra também este relato de um caboclo:

Esse povo que vem do Sul é querido aqui. Agora quem vive aqui eles desprezam. Faz de conta que não existe. Os que vêm do Paraná, do Sul, têm tudo. E se tiver dinheiro então, aí é que o pessoal do INCRA gostam mesmo. Agora os daqui, como não têm dinheiro, eles desprezam, faz de conta que é bicho do mato, onça, veado, macaco. O que eles fazem é isso. (ex-seringueiro, 1992)

Nesta situação, o estigma tem uma função definida nas áreas de colonização. Ou seja, segundo OLIVEIRA (1978:13), "a estigmatização dos indivíduos pertencentes a certos grupos tem aparentemente funcionado como um meio de remover essas minorias de vários caminhos de competição".

As relações entre os diferentes sujeitos, no caso seringueiro e colono, com relação à natureza, obviamente vão ser diferentes. Isto porque o sistema de classificar e valorizar a natureza é própria de cada sujeito ou grupo presente no processo. Para o primeiro, o fundamental é a floresta virgem, o "mato", já o segundo vai priorizar o campo, a terra "limpa". Embora, na Amazônia, um hectare de

floresta possa produzir por exemplo castanha do Pará, açaí, óleos essenciais, e outros tipos de alimentos, muito mais do que poderia produzir um hectare de lavoura branca ou de carne bovina. O migrante é incapaz de fazer estas observações, mesmo porque o ambiente lhe é totalmente estranho, adverso e diverso daquele que comumente conhecia em sua terra de origem e suas representações simbólicas são diferentes das dos seringueiros.

Eis uma das razões pelas quais o camponês proveniente das regiões meridionais possui uma percepção diferente daquela que o seringueiro detém. É ilustrativo o exemplo do açaizeiro anteriormente referido, do qual o primeiro extrai o palmito e o segundo o "vinho dos frutos": o açaí.

Da mesma forma entram em conflito as formas de utilização e apropriação da terra entre proprietários e capitalistas, e camponeses posseiros. Um vê a terra como uma "mercadoria" o outro vê a terra como um meio de vida, a forma pela qual realiza o seu trabalho e reproduz-se enquanto tal.

As classes de proprietários e capitalistas, na maioria das vezes, mantêm relações impessoais com a terra. Objetivam a obtenção da mais-valia sob a forma de renda fundiária.

Para o camponês a terra é repleta de significado concreto, de conteúdo armazenado naquele lugar de geração para geração. É onde o avô plantou determinadas "fruteiras nativas". Ou seja, neste sentido a terra é mais que o habitat do posseiro, ela passa a ser incorporada em

relações íntimas com os indivíduos que a moldaram. Uma castanheira não é só uma castanheira; ela vai reportar na história pretérita em que o seus antepassados passavam coletando alimento, ela tem história, tem vida.

Contudo, dessa relação contraditória entre colono, seringueiro e índio vai aos poucos surgindo uma nova "parceria" construída com muita dificuldade entre os sujeitos presentes no processo.

Os próprios colonos reconhecem que os grupos autóctones têm muito a lhes ensinar. Serão vejamos:

O que a gente aprende é o seguinte: no caso não destruir, no caso nós destroi. Quando agente vê um bicho na posição de criar que ele vai render, o que agente faz, pega mata né? E os índios e os seringueiros não. Nós pega o peixe no tempo da desova eles não pesca! nós que somos civilizados no final das conta nós sai desmatando, vamos plantar, vamos plantar e vai acabando. Eu aprendi por lição, porque lá onde eu morava, no meu Estado não tem mais mata de espécie nenhuma, não topa um bicho de espécie nenhuma. Assim falta o peixe e caça hoje, porque agente que é civilizado acaba desfazendo tudo. (Colono do PIC S. Girão)

Ou ainda:

Aprendi com os seringueiros que tem uma planta chamada milho-de-cobra, é uma planta que dá uma rama, uma hasta de um metro mais ou menos, bem molinho, aquela batata você arranca e bate bem batido e faz aquele empraste e põe sobre a mordida da cobra, ela puxa todo o veneno. Aquela batida da planta fica

pretinha com o veneno da cobra que ela puxa, e como diz tem os bichos pra destruir mas tem outros pra consertar. É bom agente saber disso. (Colono do Pic S.Girão 1992)

Posteriormente, o colono se deu conta que não poderia desprezar o conhecimento desses grupos que já residiam na região. Primeiramente ele tenta reproduzir o conhecimento acumulado ao longo de sua vida pretérita, adquirido nos seus lugares de origem, é o que demonstra o relato seguinte:

"É que aqui era um bom lugar é uma mata muito bonita, grossa. Então lá no Sul onde existe uma mata grossa são terras boas, então a gente veio aqui e viu aqueles enormes tuari. Pensava que aqui era um enorme terreno, mas isso aqui, como diz, aqui é pra plantar só arroz no primeiro ano e depois capim, a não ser que seja uma terra, um solo corrigido né? trazer o calcário, ver o tipo de adubo que necessita, tornando ela boa pra produzir, mais, assim como nós fazia lá (no Paraná), plantava dez anos, vinte anos, sem ponhá adubo, aqui não acontece isso não, aqui se você queimar uma roça, no outro ano se você plantar, se capinar e plantar, eu fiz a experiência aqui, eu plantei um alqueire de arroz aqui, no ano que foi queimado ela deu 80 sacos, um alqueire, no outro ano eu carpi, bem colhido, deu 17 sacos de arroz."

Ou ainda, um outro colono do mesmo PIC:

"Eu tive ditos anos aqui, como diz, dando tapa em ponta de faca, todo cartucho que eu dava era errado, apelava pra uma coisa, não ia, apela pra outra. Eu plantei grande roça de arroz deu prejuízo, plantei

algodão, aí que lascou mesmo, plantei café na primeira colheita aí eu fiz uma análise do valor da produção ela não ia dar pra pagar a diária pra colher, aí peguei o café na hora de colher dei meia..."

Observamos que esta situação se deu com a maioria dos colonos. Também devido ao fato do governo não levar em consideração as condições edáficas nas áreas de colonização. Ou seja, as aptidões dos solos são negligenciadas, pois naquele momento histórico o imperativo era ocupar as terras "desabitadas" a qualquer custo, expandir a fronteira agrícola como válvula de escape para as áreas de tensão social no país.

E associado a esta situação no dizer dos próprios colonos, o INCRA distribui terras improdutivas para a prática agrícola.

O INCRA sempre o que propôs foi dar área de terra pra gente, naquelas áreas de terras mais sem condição de produzir, aquelas áreas de terra que não é fértil. (colono do PIC Sidney Girão, 1992).

A situação chega ao extremo quando o colono é de origem nordestina.

É verdade que aqui nós que vinha do Sul escolhia o lote que ia trabalhar. Pelo caso, eu mesmo quando cheguei aqui fui para um lote lá na linha oito e não tinha água no lote. Eu falei e disse pro agrônomo do INCRA, aqui eu não fico não senhor. Ai ele me trouxe pra este lote aqui que tem muita água ...Os lotes que nós não queria era dado para os nordestinos. (colono PIC Sidney Girão)

Este quadro levou os pequenos agricultores a realizarem suas próprias experiências, daí o porquê de suas constantes decepções. Não é que estes não soubessem trabalhar com a terra. Mas tratava-se de um processo de estranhamento com essa nova natureza que lhe era apresentada. E o aprendizado do funcionamento desta "nova terra" foi uma tarefa árdua para o homem e tardia com relação à natureza.

Foi preciso um longo "namoro" do colono com a mata. Assim nos relata um pequeno agricultor:

"Então é melhor ficar parado, caçar uma cutia, pescar um peixe e contar mentira por aí, do que trabalhar, porque não tinha condições, não dava. Mas eu não sabia entrar na mata. Eu tinha medo de me perder nessa mata bruta. Hoje já entro nesse matagal, varo aqui, varo alí e não me perco mais. ... mas eu aprendi andar na mata com um índio caboco que veio aqui pra minha casa, a tribo deles era aqui atrás do meu lote. E também com uns seringueiros que tinha aqui, quando nós chegamos, tinha muito seringueiro. Hoje acabou, já acabou só tem alguns". (colono do PIC Sidney Girão, 1992).

Desta maneira, no decorrer do tempo os migrantes foram aprendendo o funcionamento da floresta:

"... Então a pessoa vai conhecendo, vai aprendendo, tendo uma base não se perde na mata. Eu procuro logo uma água, uma baixada sai numa água vai em outra, até chegar num rio que a gente passa a se orientar. Porque pelo sol era muito difícil dentro dessa mata bruta, a gente anda horas sem ver o sol... Estive no mato deu uma chuva e o tempo fechou, não

sabia mais onde andar, eu saí oito horas de casa andei o dia todinho, aí o que eu fiz, ideeí, eu tenho que pegar uma baixada, essa baixada sai em água, dessa água sai em igarapé eu vejo a localidade que eu estou. Assim eu fiz peguei uma baixada sai na água logo, passou outra água cruzando, desci, quando foi 06 horas da tarde eu saí num garapé que nós caçava." (colono do PIC Sidney Girão, 1992).

Foi dessa maneira que os camponeses provenientes do Centro-Sul foram produzindo sua própria concepção de natureza, foram conhecendo, aprendendo seu funcionamento com outros grupos que já habitavam a mesma área. Assim, os migrantes que participaram do processo de colonização agrícola aprenderam, ou estão aprendendo a "tratar" com esta nova terra que lhes foi apresentada para trabalhar com sua família.

Hoje o colono já fala em mudança de cultura, adequando-se ao novo ambiente natural e social, mas isto após vinte anos de tentativas frustradas. Assim demonstra este relato de um colono:

No lote por enquanto, vai tentar mudar, por exemplo o que agente come que é arroz, o feijão esse agente nunca deixa de plantar. Mas agora vamo plantar cupuacu, urucum, pupunha, árvores aqui da região mesmo, parece que dá bom resultado. Quem me falou foi um seringueiro. (colono do PIC Sidney Girão, 1992).

Após o lento processo de aprendizagem e apreensão do meio amazônico, do funcionamento da natureza nas áreas de

colonização, as terras estão degradadas, estão esgotadas. Elas necessitarão de investimentos em tecnologia a qual certamente não estará disponível para os pequenos agricultores.

Os migrantes eram obrigados a promover a transformação da natureza movidos pela necessidade. Nessas condições, perguntamos: o que determinava que um colono se tornaria um "pioneiro" indivisível, em proprietário e detentor de um certo número de direitos? Em primeiro lugar significava que a floresta deveria ser destruída, queimada, removida, caso contrário ele jamais receberia do INCRA o título de proprietário do lote. Portanto, a razão fundamental de derrubar a floresta estava ancorada em um elemento legal e também simbólico mediante o qual o sujeito iria apropriar-se da natureza; e em segundo lugar, deveria cultivar a terra com a chamada "lavoura branca" para garantir sua reprodução.

4.3 Da Reconquista da "Terra" à Irrracionalidade da Racionalidade da Modernização Tecnológica.

A imposição dos órgãos governamentais de induzirem os colonos a destruírem a floresta sob o pretexto de transformar Rondônia em um novo cenário de modernização agrícola no estilo do Centro-Sul do País, também deveria ser principal alicerce de uma sociedade rural próspera. Hoje, acima de tudo esta natureza é vista como degradada por estas

práticas inadequadas ao ambiente amazônico. É o melhor exemplo dessa trajetória é a própria "mata".

Apontamos três motivos principais para explicar a situação de degradação em que se encontram as áreas antes repletas de enormes castanheiras, seringueiras e muitas outras espécies extremamente variadas. Primeiramente, um de procedência econômica (uma relativa "valorização" da terra) e, outro, de caráter tecnológico (tecnologia inadequada à disposição dos colonos). E por último o de caráter simbólico, mediante o qual o colono se tornaria proprietário de um lote de terra com a derrubada da floresta.

No projeto Sidney Girão, as atividades dos migrantes nestes vinte anos de colonização agrícola efetivamente proporcionou um empobrecimento e perda das qualidades de fonte farta e sadia de produção de alimentos, instrumentos e produtos para o mercado pela floresta. Em nosso trabalho de campo verificamos que esta trajetória pode ser assim demonstrada:

1. Envolve a derrubada da mata, para uso intensivo de lavoura branca até o terceiro ano consecutivo. Uma vez que os solos não suportam culturas além deste período, e o colono não dispõe de insumos para recompor as propriedades dos mesmos, o camponês é obrigado a promover nova derrubada da floresta, restando-lhe a opção de abandono da antiga área, ou, quando possível, convertê-la em pasto. Existem casos em que nem o pasto consegue êxito. Isso significa um

aumento de gastos para lavoura e uma constante redução na produtividade.

Já nos referimos anteriormente, que a posse da terra em Rondônia é estabelecida pelo desmatamento. Esta atividade é reconhecida pelo INCRA como sendo uma benfeitoria. Geralmente a pastagem é abandonada para dar lugar a uma vegetação secundária com pouco ou nenhum "valor" econômico.

Isto porque a produção de capim cai drasticamente até que o custo de controlar a invasão de plantas não comestíveis excede qualquer retorno econômico do gado alimentado pelo pasto. Segundo FEARNSTIDE (1988:12)

"os focos de derrubadas têm seu rápido crescimento devido à diferentes processos, dependendo da localidade em questão. Nas partes da região onde predominam grandes fazendas (...) o desmatamento ocorre principalmente como um meio de garantir as reivindicações de propriedade para propósitos especulativos."

Nos lotes os colonos poderiam derrubar a floresta até 50% de um total de 100 ha. Verificamos em campo que existe unidade produtiva com mais de 85% da área derrubada, transformada em lavoura branca, pasto e vegetação secundária. A área abandonada dificilmente é retornada para a prática agrícola em virtude do solo não possuir mais suporte de fertilidade. Como o solo perde seus nutrientes o colono é obrigado a derrubar cada vez mais floresta para manter um certo grau de produção. Isto porque falta-lhes tecnologia adequada para a recuperação destas áreas.

2. A alimentação do lugar é, hoje, menos acessível para um consumo diário e diversificado, como comida camponesa. Um exemplo bastante significativo diz respeito à escassez de caça e de peixe. Com isso a dieta alimentar se alterou muito. Ela se mantém sobre uma base de arroz, de mandioca, carne de porco ou de aves, e com menos frequência, o peixe. A carne bovina é muito rara, mesmo encontrando uma série de pequenos rebanhos nos lotes dos colonos. O boi é visto como uma poupança e sinal de prosperidade, para ser abatido só em último caso. Sobre a combinação no prato dos alimentos mais essenciais, o colono vê uma passagem sem retorno do "tempo da fartura" para o "tempo da privação":

quando nós chegou do Paraná nós comia muita carne de caça! era paca, tatu, cotia, veado, porco do mato, tinha muito ave como nambu. Hoje meu filho, não encontra com facilidade nada disso, os tempo de fartura acabou. (Colono do PIC S.Girão 1992.)

Desta maneira, além de modificar as condições naturais de fonte de alimento com os recursos aliados da natureza, a medida que o projeto de colonização ia se desenvolvendo ao mesmo tempo ia destruindo fontes naturais de coleta de caça, alimento sempre tido como de importância significativa para os grupos que ali residiam como também para os colonos que ali se instalaram.

4.3.1 Situação Social de Origem dos Colonos

Em nossa pesquisa de campo verificamos que todos os colonos eram filhos de camponeses. São descendentes de pequenos produtores familiares, cujos pais não chegaram a possuir mais de 30 ha de terra, ou na maioria das vezes detinham a posse da terra na condição de arrendatário ou parceiro, ou simplesmente de posseiro.

Quase todos tiveram na agricultura a atividade principal antes da chegada em Rondônia. Contudo a maioria era camponês sem-terra. Há casos em que os colonos passaram pelos grandes centros urbanos e novamente procuram tentar sua reprodução enquanto pequeno agricultor. É o caso que nos relata um colono:

"Eu era trabalhador da roça trabalhava em Três Coqueiro em São Paulo, lá eu era arrendatário, eu pagava 30% do que eu produzia. Aí o dono da terra me mandou embora eu fui trabalhar em São Paulo, eu era metalúrgico, de modo ou de outro a gente não tem estudo, mas através do meu esforço eu passei a ser auxiliar de almoxarifado. Aí trabalhei quatro anos. Aí trabalhei até 83, aí teve uma greve dentro da firma, por causa disso eles mandaram muita gente embora, sem direito entendeu? Aí veio o Lula e negociou com o Franco Montoro. Fizeram acordo com nós. Foi 108 demitido com os direitos e o resto teve uma garantia de emprego de 05 meses. Aceitemo, não sabia quem ia ser demitido né, aí eu entrei no rolo também. Aí de lá eu vim pra cá. (colono Sidiney Girão, 1992.)

Geralmente, antes de chegar em Rondônia passaram por vários Estados. Os Estados aglutinadores como ponto de partida para Rondônia são o Estado do Paraná e o Estado do Mato Grosso. Na trajetória de migração os nordestinos sempre passam pelo Estado do Paraná ou São Paulo. Esta rota tem a ver com a tentativa de procurar a reprodução camponesa nos estados do Sul do país. Não sendo possível, rejeitam o assalariamento e partem para as zonas de fronteira na tentativa de manter-se camponês.

Atualmente verificamos que vem ocorrendo uma considerável mobilidade de proprietários no Sidney Girão. Estes lotes são readquiridos por outros colonos que trabalharam no garimpo de ouro do Rio Madeira e investiram na unidade de produção ao mesmo tempo comprando os lotes vizinhos. Também os profissionais liberais de Guajará Mirim estão comprando lotes para transformarem em pequenas fazendas de criação de gado.

Os colonos que vendem ou abandonam os lotes partem para as frentes de colonização na fronteira do Estado do Acre e Rondônia, para iniciarem mais uma vez o ciclo de pequeno produtor rural.

4.3.2 O Processo Produtivo

No Sidney Girão a composição da lavoura nos primeiros anos da colonização (1971), era baseado na lavoura branca.

Ou seja, arroz, milho, mandioca e feijão. Destes produtos o que conseguiu uma produção comercial foi o arroz. Deve-se ressaltar que nos primeiros anos de plantio houve uma considerável produção sem que existisse estrada para escoar a produção e muito menos armazéns para estoque. Como resultado, toda produção, excetuando a destinada para o consumo humano e para os animais domésticos foi deteriorada ao relento.

A partir de 1976, alguns colonos passaram a combinar lavoura branca com café. Hoje a produção de café é somente para o consumo próprio, isso quando os cafezais não são destruídos para dar lugar ao pasto, uma vez que após 1980, começa-se a introduzir pequenos rebanhos de bovinos.

Uma pequena parcela de colonos passa a trabalhar só com a lavoura branca e posteriormente, após aprender a trabalhar na floresta, coletam Castanha-do-Pará, já que aquela região apresenta uma concentração deste vegetal. Em quase todos os domicílios encontramos pequenas criações de galinha e de porco, basicamente para o consumo doméstico.

Com relação à composição da força de trabalho na unidade de produção, a hegemonia é da força de trabalho familiar. A divisão de tarefas entre os membros da família dos colonos é visível. A esposa do chefe da família trabalha em atividades domésticas e na criação de pequenos animais no peri-domicílio, enquanto os demais membros da família trabalham na roça. Encontramos casos em que número de

membros da família é reduzido, e neste caso a própria esposa do chefe de família vai trabalhar na roça.

Com relação à assistência técnica, os colonos foram enfáticos em afirmar que não haviam recebido qualquer tipo de assistência técnica por parte de órgãos do governo. Senão vejamos:

"Assistência técnica nem da EMATER, nem da EMBRAPA, nem de nada, nunca pra dizer a verdade, as veze eles passa aqui, mas, como políticos. Mas como assistência técnica de jeito nenhum. Pelo menos nesses seis anos que eu estou aqui nunca veio ninguém". (colono do Sidney Girão, 1992)

Quanto ao crédito rural, desde muito cedo, os colonos aprenderam que não deveriam trabalhar com instituições financeiras.

"Aqui nós nem fala em banco, ele só quer pegar nossa terra. Por causa que os juro é muito alto e nós não pode pagar." (Colono do Sidney Girão, 1992).

Este descontentamento com os bancos está ligado também à morosidade do financiamento, muitas vezes fora do prazo do plantio ou da colheita. Todavia, o receio em perder sua terra por não conseguir pagar o empréstimo é o principal motivo que os agricultores apresentam para não trabalharem com financiamento. Seja ele de instituições oficiais ou não. Este relato configura bem esta situação:

"... Quando o juro era barato, o banco não tinha dinheiro. Hoje o juro é alto e o gerente oferece empréstimo. Se eu pegar vou perder minha terra." (Colono do Sidney Girão, 1992)

Assim, o mais importante, do ponto de vista do colono era não trabalhar com bancos.

Quanto aos aspectos da organização interna dos colonos, contam com uma associação de trabalhadores rurais que organiza toda parte de comercialização, de preços, de transporte dos produtos que os colonos põem no mercado.

A associação, através de financiamento a fundo perdido de uma fundação religiosa da Espanha, comprou um caminhão com capacidade de dez toneladas; construiu a sede da associação com área para depósito, e adquiriu equipamentos de beneficiamento de arroz. Assim, os pequenos produtores conseguem evitar os intermediários desde a produção até a comercialização, uma vez que possuem um funcionário que se encarrega de realizar contratos com potenciais compradores. Os resultados da associação parecem promissores. Assim relata um colono:

"É a atuação da associação é um ponto muito importante. Se o atravessador quiser comprar alguma coisa ele vai ter de pagar o preço da associação. Quando o governo não dá o preço que a gente necessita. Agora agente garante, no caso a associação tem um grande contrato com a Bolívia que agente nem sabe se vai produzir pra cobrir este contrato, pra nós é muito importante. Eu vou contar uma coisa tem o braço direito do colono aqui é o modo de nósacreditar um no

outro porque jamais nós pode tá acreditando nesses doutor advogado, colarinho branco, porque este aí não ajuda agente não senhor, vem nesse tempo de eleição enganando, mas isso nós já támo cansado também. (colono do PIC Sidney Girão, 1992).

Desta maneira, os ganhos dos produtores tem apresentado uma substancial melhoria, e eles têm investido em pequenos rebanhos bovinos.

Ao analisar meticulosamente o processo de colonização agrícola, verificamos que do ponto de vista da estrutura fundiária, a migração e conseqüente implantação dos respectivos projetos de assentamento efetivamente resultou num fato muito importante: mudou o perfil de apropriação e ocupação do meio rural, havendo uma minifundização da propriedade e da posse da terra. O latifúndio, geralmente representado pelos grandes seringais, e as pequenas propriedades passaram a coexistir. Contudo, é significativo, como já demonstramos nos capítulos anteriores, que nos últimos anos vem ocorrendo no Sidney Girão uma reconcentração fundiária. Este fenômeno é detectado em todos os projetos implantados na década de setenta.

Para LOPES (1993:02), "a modernização da agricultura rondoniense constitui fator determinante para que se tenha a melhoria das condições de vida, de trabalho e renda do homem do campo... Pensa-se numa modernização que parta de uma redistribuição de terras e que tenha impacto sobre a produção e também sobre a distribuição de renda." Assim, a retomada de seu dinamismo e o efetivo início de um processo

de modernização do setor agrícola, constitui o fator essencial para desenvolvimento sustentado da agricultura de Rondônia.

A racionalidade da modernização tecnológica que o Estado, através de suas diversas agências, procurou empreender com a promoção do processo de colonização, é consubstanciada em novas técnicas e no capital financeiro. Pretendia-se que os colonos que vieram para Rondônia chegassem a ser um pequeno agricultor politicamente conformista e hábil na utilização de implementos e insumos agrícolas, com experiências no manejo de crédito agrícola.

Existem situações em que havia crédito rural para se plantar cacau, porém no projeto indicado os solos eram adequados para o cultivo de café. Ou ao contrário, o crédito era para café mas os solos eram adequados para cacau.

Presenciamos a construção de grandes armazéns com condições técnicas avançadas de conservação e armazenamento de cereais, como arroz, mas na área não havia produção de arroz. São levados a efeito novos programas de colonização em áreas de solos extremamente pobres, com construções de novas estradas, mas o assentamento dos migrantes nos projetos de colonização, em seu reordenamento espacial não considera a geomorfologia e a hidrografia local. O discurso oficial preconizava que a agricultura de Rondônia era tradicional, e como de fato o era, e que utilizava queimadas e produção incipiente. Assim, diante desse ponto de vista as agencias oficiais do Estado implemetou política no sentido

de eliminar que era considerado tradicional. Contudo, esses camponeses tradicionais não degradavam o meio ambiente porque seus objetivos eram outros, que não o da acumulação.

Diante de todo este imbróglio existe uma questão a ser considerada que diz respeito ao volume de recursos que o governo empregou. Apenas no POLONOROESTE na década de oitenta, foi em torno 1,6 bilhões de dólares. Este programa nasceu para corrigir as distorções do programa de distribuição de terras da década de setenta. Como se vê houve uma considerável quantia em moeda forte que certamente não está agregada a economia dos colonos, mas sobretudo foi repassada para a iniciativa privada, através das construtoras e de outros serviços e objetos oferecidos ao Estado pela iniciativa privada.

Ademais, o governo do estado atualmente, procura mais uma vez utilizar a estratégia do período anterior criando o PLANAFLORO, com recursos externos que ultrapassam 300 milhões de dólares. Porém o discurso em seu conteúdo não mudou, os recursos são destinados para recuperar as áreas degradadas nos programas de colonização. Percebe-se, que os programas de desenvolvimento fazem parte da mesma moeda, um financiou o desmatamento o outro financia a recuperação das mesmas áreas que foram degradadas.

Verifica-se que apenas classificar os programas de colonização como sendo um fracasso ou um sucesso, não representa avanço algum. Esta questão não está posta, o processo de colonização é uma realidade que não pode ser

tratada da forma como vem sendo pelas agências governamentais. Recentemente, um técnico de uma empresa governamental, falava sobre os povos indígenas a seguinte expressão "o índio é o bicho mais parecido com gente", ou de outro técnico, "agora quer dizer que o gaúcho vai tomar suco de cupuaçu e comer pupunha. Isto é absurdo, o gaúcho sempre vai ser um gaúcho." Com isso quero enfatizar que os responsáveis pela gestão dos agentes sociais envolvidos nas áreas de colonização não conseguem lidar com o universo cultural que envolve esta realidade tão complexa. É imperativo considerarmos todos os aspectos envolvidos no objeto tratado, para evitarmos preconceitos e distorções que futuramente serão irreparáveis.

Percebe-se que a política da irracionalidade estava coerente com os propósitos dos agentes colonizadores envolvidos no processo de colonização. Com a migração, existe a possibilidade concreta de investimentos estatal e privado. Somente assim, o "caminho" estava aberto para que os especuladores de terras pudessem extrair a tão cobiçada renda fundiária. Isto em colúio com o Estado.

4.3.3 O Colono Tomando Consciência do seu Papel Político.

Das diversas formas de dominação que incidem sobre os colonos, verifica-se que uma dominação total destes grupos é

praticamente impossível. Pois, sendo o conflito social uma das partes constitutivas do processo de colonização, sempre vão brotar as ações coletivas dos dominados. É assim que percebemos os movimentos sociais políticos no interior das novas terras. Decorridas duas décadas, os colonos se organizam em sindicatos, em associações de ajuda mútua e os expropriados se organizam em movimentos de sem-terras. Por conseguinte, das contradições inerentes ao processo de colonização renasce a luta dos camponeses pela "terra de trabalho", fato não previsto nos programas de colonização. É neste contexto e com esses conteúdos que as lutas camponesas nas novas terras não nascem, segundo MARTINS (1989) dentro da organização política, nascem no mercado por projeto histórico capaz de estabelecer o nexo unificador de confrontos dispersos e locais. Mas surgem espontâneos como resistência aos confrontos das contradições sociais.

A nova cultura dos pobres do campo nasce no espaço produzido pelo rompimento de dependência. Está centrada nos percalços do camponês na privação do trabalho. E as relações sociais, antes estabelecidas no interior do seringal, por exemplo, eram de favor de quem tem para quem não tem. Sem esta relação haveria desmoronamento econômico da propriedade. Atualmente são pobres os excluídos do favor. Se o favor de permanecer na terra é negado, viola um princípio moral que, por sua vez, desumaniza quem o promove.

A pobreza na tradição camponesa é um castigo e tem que ter um culpado. A luta pela terra, neste contexto, é marcada

pela contestação da propriedade. Uma oposição à ordem que sustenta a propriedade, é também a base de novas formas de reivindicar e de lutar (MARTINS 1989).

Na Amazônia, a consciência política de luta pela terra não surge de imediato com o processo de colonização agrícola. Entretanto, houve uma aceleração do processo de luta entre posseiro, colono e latifundiário, com a ditadura militar no período que sucede os anos 60. O envolvimento militar com a questão agrária está diretamente relacionada com a ruptura das velhas relações entre camponês e fazendeiro. A transformação econômica, responsável pela ruptura, não trouxe alterações nas bases técnicas da produção e nem diferenças nas relações de trabalho e relação salarial.

Essas mudanças não transformaram o processo de trabalho, mas trouxeram um significativo aumento do preço da terra e da renda fundiária. Uma mudança na distribuição da mais-valia, sob a forma de renda. Um exemplo desta situação é a reordenação espacial dos projetos de colonização com relação aos empreendimentos privados na Amazônia. Os colonos que promovem a agricultura de subsistência são deslocados das terras próximas às cidades para as terras menos férteis e mais distantes dos mercados, temporariamente sem interesse direto para o capital, porque a renda diferencial é menor.

É portanto, como diz MARTINS (1989), a mediação da renda fundiária que está no centro dos fatores que promovem a separação entre o lugar da produção dos meios de vida, que

não assumem a forma de capital variável e necessário à produção do trabalhador, e o lugar de produção e reprodução do capital.

Como resultado dessa relação, o camponês é privado da terra e do trabalho, meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa. Isto conscientiza-o, torna-o político. Na terra o camponês está reconciliado com o trabalho, mas ao ser expropriado dela não se considera mais um homem e por isso luta.

O revigoramento político no que diz respeito aos pobres do campo abre um feixe de trajetórias. Uma delas nasce no centro da igreja, através dos movimentos dos sem terras, dos colonos expropriados, dos seringueiros e dos posseiros. Esta situação talvez encontre sua síntese nos cantos que presenciamos nas romarias da terra em que os pobres do campo participam:

Para a Terra Prometida, o povo de Deus marchou. Moisés andava na frente; hoje Moisés é a gente, quando enfrenta a opressão.

Caminheiros na estrada, muita cerca prende o chão. Todo arame e porteira merece corte e fogueira, são frutos da maldição.

Quem é forte Deus dá força; quem tem medo sofre mais; quem se une ao companheiro vence todo o cativo; quem é feliz e tem a paz. (Bendito dos Romeiros da Terra).

Ou ainda deste outro,

Na densa floresta vai um caminheiro,
 Cristo Seringueiro seringa a
 corta. E corta seguro, a mão
 calejada da planta amada, faz vida
 nascer.

Na mata escura um homem pacato, o
 Cristo do mato seringa a colher. E
 colher o futuro a mãe natureza lhe
 dá a certeza, o filho crescer.

E vem a esperança que surja a dança.
 Dos povos iguais semelhantes
 crianças.

Vai um caminheiro um homem pacato
 alguém bem curtido na rua perdido.
 Foi expoliado na mata querida não
 tem mais guarida é só padecer.

Foi ladra a balança não houve
 aliança. E a dança criança é ainda
 esperança. (Canto "Cristo dos
 Seringais").

Em virtude dessa riqueza apresentada o migrante e o seringueiro tornam-se políticos. Neste caso, as agências colonizadoras afirmam que o processo de colonização foi um fracasso. Porém a realidade tem demonstrado o inverso, o colono deixa de ser um modelo ideal de proprietário rural para tornar-se um sujeito atuante no processo histórico que vivência. Por isso afirmam que: "queremos terra aqui na terra porque no céu já temos. Unindo sempre nossas forças a terra conquistaremos." Em outras palavras dizem que não querem mais migrar para outras áreas de colonização, mas querem a terra onde trabalham e lutam. Esta situação vem apontar um novo rumo na luta pela terra na década de noventa no Estado de Rondônia.

A união de que falam os pobres do campo é tanto na dimensão política quanto no aspecto do aprendizado da natureza. É neste sentido que os colonos passam a incorporar os ensinamentos dos seringueiros que conhecem o funcionamento quase que completo deste ambiente tão complexo para o entendimento dos migrantes, juntamente com suas experiências adquiridas neste período de labuta nas novas terras.

5 - CONCLUSÃO

Iniciaremos as considerações finais pelo início deste trabalho e responder o porquê da escolha do título "Terra Virgem Terra Prostituta: o Processo de Colonização Agrícola em RO." Quando propusemos-nos a estudar o processo de colonização agrícola em Rondônia, já trazíamos uma pequena experiência em trabalhos de campo sobre esta temática, em anos anteriores. Mas somente em nossa recente estadia em campo foi possível compreender melhor a riqueza que esta realidade pode revelar.

Neste sentido a epígrafe apresentada na folha de rosto é reveladora. Quando você ouve um ex-seringueiro em sua "cólera agonizante" comparar as transformações por que passou sua vida com o caos que reina numa zona de prostíbulo nas áreas de garimpo na Amazônia. E a lógica de sua fala tem uma concretude que verificamos nos dias em que passamos no campo. Assim, podemos destacar a relação virgem/prostituta com tempo de fartura/tempo de privação.

Em primeiro lugar, o que significa ser virgem/estar virgem. Compreendemos como sendo aquilo que é puro, que ainda não serviu, é isenta, é ingênua, é inocente. Logo, para o seringueiro, a terra virgem é aquela que ainda não serviu ao capital, é a mata que não foi explorada, a terra que não foi cultivada e transformada em área de colonização. Terra virgem significa que ela era isenta da especulação imobiliária a que foi submetida com o desenvolvimento das

relações de mercado nas últimas décadas na região. Em síntese a terra virgem, representa o tempo em que ela ainda não foi prostituída pelas relações capitalistas, era o tempo em que ele (o seringueiro) andava livremente e a terra não tinha um "dono", era o tempo da fartura pois ninguém o privava dos territórios de caça e pesca. Em sua concepção era o tempo bom.

Por sua vez, prostituta é a situação inversa de terra virginal, significa corromper, tornar devasso, degradar, desonrar, tornar vil, aviltar. É também desmoralizar, rebaixar. Neste caso, o prostituidor é o capital. Neste sentido, o espaço de Rondônia tornou-se um lupanar da terra. Diante dessa situação o seringueiro sente-se desonrado, envergonhado.

Contudo, este processo de transformação do tecido social regional é revelador de um processo de transformação política impressionante.

A colonização agrícola em Rondônia resultou, aos olhos das agências governamentais que o avaliam, como sendo o contrário do que eles objetivaram. Ao invés das prósperas "capitalist farms", com suas famílias saudáveis produzindo a fartura, nas áreas de colonização, mais de vinte anos depois temos como resultado agricultores pobres ou quando muito "remediados" que encontram nas condições oferecidas pela colonização agrícola os meios de se reproduzirem como pequenos proprietários familiares.

No âmbito do projeto Signey Girão a idéia de fracasso que verificamos em campo associada aos nordestinos, como avaliação das agências colonizadoras e também dos próprios agentes envolvidos no processo, decorre de determinados objetivos propostos não terem sido atingidos. Para os que representavam a política regional a colonização acenava para a incorporação de uma nova categoria de "gente", com o bom aspecto e os ares de sulistas de olhos azuis.

Assim, esta população criaria uma nova categoria de gente. Não se pensou no nordestino como modelo ideal de colonos para as áreas de Rondônia. Contudo, houve expressiva migração deste para as novas terras. O projeto Sidney Girão surge então como ponto aglutinador ideal para assentar os nordestinos e os colonos do Sul que não possuíssem experiência com crédito agrícola e também não traziam renda de seus lugares de origem, uma vez que este projeto apresentava as piores terras das que foram destinadas para a agricultura na década de setenta.

O panorama do fracasso estaria completado, pois assentava-se, dentre os pobres do campo, aqueles mais desprovidos e quando o projeto não produzisse os frutos esperados, os próprios colonos seriam os responsáveis de tal proeza. Já que as agências do governo teriam oferecido todo tipo de ajuda e estes não conseguiram produzir por serem na maioria nordestinos e por isso "preguiçosos".

Os que esperavam os "capitalist farms" do tipo americano tiveram que se contentar com pequenos produtores

que produziam farinha de mandioca, arroz, e mais recentemente frutas e outros produtos da roça produzidos através de técnicas e cultivos eminentemente tradicionais. Acrescente-se a isto que a área está completamente degradada.

Evidenciamos que com o processo de colonização agrícola é efetivada a incorporação de novas terras ao processo produtivo, transformam-se e expandem-se as relações capitalistas, desenvolvem-se as relações de produção e rearranjam-se os grupos e as classes sociais.

A prática empírica demonstrou que nas novas terras a dimensão rural e urbana é constituída simultaneamente, não podemos classificar como se fosse um processo de hiperurbanização, mas é um "urbano das áreas de expansão". O impressionante é que na tentativa de se criar um espaço rural e urbano ao mesmo tempo, o Estado através de suas diversas agencias não consegue efetivamente estruturar os dois espaços. O espaço rural apresenta-se como sendo objeto de especulação fundiária e efetivamente não consegue absorver a massa de migrantes e muito menos produzir alimento para abastecer o mercado regional.

Ao mesmo tempo que o espaço urbano nas novas terras apresenta-se caótico e lugar de concentração dos excluídos da terra. Os NUARES já surgem como se fossem uma grande favela no meio da floresta nas periferias dos projetos de colonização, lugar onde as pessoas ficam aguardando trabalho e terra para trabalhar. O importante a ressaltar é que esta

situação de exclusão social de certos grupos é uma realidade inerente ao processo de expansão das relações capitalistas nas novas terras. Pois, como resaltou MARX, caso possibilitasse terra para todos os migrantes que chegassem nas novas terras, destruir-se-ia a colonização.

O que estará delineado nas próximas décadas para os colonos? Em primeiro lugar não se trata de uma volta a cultura intinerante, uma volta a agricultura indígena. Mas, sem dúvida o saber dos grupos autóctones não deverá ser desprezado nesse processo intensivo de exploração nas novas terras.

Verificamos que os processos de reprodução material e simbólica da natureza, apresenta múltiplos significados com relação a floresta por parte dos grupos pesquisados. A relação homem/natureza na colonização de novas terras é um processo contraditório, que traz consigo tensões e ambigüidades expressas por diferentes agentes sociais.

A pesquisa realizada no Sidney Girão aponta para uma incipiente transformação das relações de produção, com relação aos colonos proprietários, apontando para uma formação insignificante de uma seleta minoria de agricultores bem sucedidos acompanhada "paripassu" da expropriação de outra parcela de colonos, posseiros, meeiros, agregados e dos índios, e mostra um progressivo e significativo envolvimento do capital comercial e financeiro na compra de terra e no direcionamento da produção.

O movimento do capitalismo nas novas terras desloca e rearranja pessoas, grupos, setores de classe, desigualdades, antagonismos, tensões sociais, desta maneira desenrola as relações capitalistas.

A resultante desse movimento não se trata apenas de uma articulação geográfica, mas também social. O espaço é incorporado e reordenado pelas relações capitalistas impostas pela produção de mercadorias nas novas terras. O processo de colonização, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma resposta às necessidades de suprir o mercado em expansão, propicia o desenvolvimento intensivo do capital nas regiões de ocupação antiga. É por isso que seu significado não pode restringir-se às áreas de colonização "strictu sensu" e não envolve apenas os setores sociais que mobiliza através da migração. A colonização se constitui na forma específica de expansão da sociedade nacional como um todo.

6 - BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, A.N., Zoneamento Ecológico e Econômico da Amazônia: Questões de Escala e Método. In: Rev. Estudos Avançados, São Paulo, IEA/USP, Vol. 3, jan/abril - 1989.
- Apresentação In: DEAN, W. A Luta Pela Borracha no Brasil. São Paulo, Nobel, 1989.
- ALLEGRETTI, M.H., Reservas Extrativistas: Uma Proposta de Desenvolvimento da Floresta Amazônica. Curitiba, IEA, 1987.
- ALVES, S.P. do C., Os Perceleiros do Jamari. São Paulo, USP, (dissertação), 1988.
- ALTMAN, L. & ZWETSCH, R., Paíter - O Povo Suruí e o compromisso missionário. Chapecó, Cadernos do Povo, 1980.
- AMARAL, J.J.O., O Todo é a Parte e Parte é o Todo. São Paulo, FFLCH/USP, (mimeo), 1990.
- , A Colonização Agrícola e a Pequena Produção na Fronteira Amazônica. São Paulo, FFLCH/USP, (mimeo), 1991.
- ANDRADE, M.C.de, Cidade e Campo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1974.
- BARP, W. et all, Estudo Sócio Econômico dos Projetos de Colonização Oficial no Estado de Rondônia. Porto Velho, UNIR, (mimeo), 1988.
- BECKER, B.K. Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- Amazônia. São Paulo, Ática, 1990.
- BOSI, A., Dialética da Colonização. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, E., Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos. São Paulo, Quieiroz/EDUSP, 1987.
- BRANDÃO, C.R., Plantar Colher Comer. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- (org.), Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1990.

- CALVENTE, A., Formação Não Capitalista no Movimento de Ocupação da Amazônia. Brasília, UNB, (dissertação), 1980.
- CÂNDIDO, A. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Duas Cidades, 1975.
- CARDOSO, F.H. & MULLER, G. Amazônia: Expansão do Capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1978, 2ª ed.
- CARDOSO, M.L. de M., Parecer Antropológico Sobre os Limites Territoriais da Área Indígena Urucu-Wau-Wau. Porto Velho, FUNAI, (mimeo), 1989.
- CARLOS, A.F.A., Os Caminhos da Geografia Humana no Brasil, In.: Boletim Paulista de Geografia nº 71. São Paulo, AGB, 1982.
- CARVALHO, P.F. et all, A Questão Ambiental Demandando Uma Nova Ordem Mundial. Rio Claro, UNESP, 1993.
- CASTRO, J. Ensaio de Geografia Humana. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- CEMIN, A.B., Colonização e Natureza: Análise da Relação Social do Homem com a Natureza na Colonização Agrícola em Rondônia. Porto Alegre, UFRGS, (dissertação), 1992.
- CHAYANOV, A.V., La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- CONCEIÇÃO, M. de F.C. da, Políticas e Colonos na Bragantina, Estado do Pará: Um Trem, a Terra e a Mandioca. Campinas, UNICAMP, (dissertação), 1990.
- CORRÊA, L. de M., A Borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial. Manaus, Ed. Governo do Estado do Amazonas, 1967.
- COSTA, W.M.da, O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. São Paulo, Contexto, 1988.
- CUNHA, E.R.P. da, Um Paraíso Perdido: Reunião dos Ensaio Amazônicos. Petrópolis, Vozes, 1976.
- DAL MASO, M., Política de Colonização e Colonização da Política. São Paulo, PUC, (dissertação), 1990.
- DA MATA, R. & LARAIA, R.de B., Índios e Castanheiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- DEAN, W. A Luta pela Borracha no Brasil. São Paulo, Nobel, 1989.

- DIAS, G.L. da S. & CASTRO, M.C. de, A Colonização Oficial no Brasil. São Paulo, IPE/USP, 1986.
- DUARTE, R.A; de P., Marx e a Natureza em o Capital. São Paulo, Loyola, 1986.
- DIAS, R.J., Rondônia - Urbanização e Expansão da Fronteira Agrícola. Brasília, UNB, (dissertação), 1980.
- FALKENBURGER, As Botas do Diabo. São Paulo, Ibrasa, 1971
- FEARNSIDE, P.M., A Ocupação Humana de Rondônia: Impactos, Limites e Planejamento. Manaus, INPA, 1988.
- Processos Predatórios na Floresta Tropical Úmida da Amazônia Brasileira. In: Rev. Estudos Avançados. São Paulo, IEA/USP, Vol. 3, jan/abril, 1989.
- FERREIRA, M.R. A Ferrovia do Diabo. São Paulo, Melhoramento, 1987.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 1987.
- Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- FREMONT, A., Pesquisa Sobre o Espaço Vivido. In: L'Espace Géographique nº 3, Paris, 1974.
- Região, Espaço Vivido. Coimbra, Almedina, 1980.
- GALVÃO, E., Encontro de Sociedades: índios e Brancos no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1979.
- GEERTZ, C., A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Guanabara, 1989.
- GNACCARINI, J.C., Latifúndio e Proletariado. São Paulo, Polis, 1980.
- GOFFMAN, E. Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, Dados Econômicos-Sociais da BR-364 no Território Federal de Rondônia. Porto Velho, 1979.
- HARDMAN, F.F., Trem Fantasma: A Modernidade na Selva. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- HEBETTE, J. & ACEVEDO, R., Colonização Para Quem?. Belém, UPPa/NAEA, 1979.
- O Estado e a Reprodução Social: Ariquemes - Rondônia. Belém, NAEA, 1982.

- HOBBSBAWM, E., DA Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro, Forense, 1986.
- A Era do Capital 1848-1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- IANNI, O., Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia. Petrópolis, Vozes, 1979.
- Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.
- IANNI, O. & QUEIROZ NETO, J.P. Amazônia. In: Território Livre, nº2. São Paulo, UPEGE, s/d.
- IBGE, A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- IDOVINA, H. & CALABI, D., Sobre o Uso Capitalista do território. In: Archivio di Studi e Regionali, ano IV nº2. Milão, 1973, (3-20).
- INCRA, Princípios Básicos da Seleção de Parceleiros. Brasília, INCRA, 1977.
- Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão. Porto Velho, INCRA, (mimeo), 1976.
- ISNAR, H., O Espaço Geográfico. Coimbra, Almedina, 1982.
- KAYZER, B., O Geógrafo e a Pesquisa de Campo. In: Seleção de Texto nº 11, São Paulo, AGB, 1985.
- LACOSTE, Y., A Pesquisa e o Trabalho de Campo: Um Problema Político para os Pesquisadores, Estudantes e Cidadãos. In: Seleção de Texto nº11. São Paulo, AGB, 1985.
- LEFEBVRE, H., Estrutura Social: A Reprodução das Relações Sociais. In: MARTINS, J.S. (org.), Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1977.
- LEVI-STRAUSS, C., O Pensamento Selvagem. São Paulo, Nacional/Edusp, 1970.
- Tristes Trópicos. Lisboa, Edições 70, 1986.
- LISBOA, P.L.B., Rondônia: Colonização e Floresta. Brasília, CNPq, 1989.

- LOPES, E., Colonização Agrícola em Rondônia. Rio de Janeiro, UFRRJ, (dissertação), 1983.
- MACHADO, L.O. & BECKER, B., Relações de Trabalho e Mobilidade na Amazônia Brasileira: Uma Contribuição. In: Amazônia Problemas e Impasses. Rio de Janeiro, AGB, s/d.
- MARTINS, J.S., A Imigração e a Crise do Brasil Agrário. São Paulo, Pioneira, 1973.
- Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975.
- O Cativo da Terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- Expropriação e Violência. São Paulo, Hucitec, 1982.
- Os Camponeses e a Política no Brasil: as Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político. Petrópolis, Vozes, 1983.
- A Militarização da Questão Agrária. Petrópolis, Vozes, 1985.
- A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República". São Paulo, Hucitec, 1986a.
- Não Há Terra para Plantar Neste Verão. Petrópolis, Vozes, 1986b.
- Caminhada no Chão da Noite: Emancipação Política e Liberdade nos Movimentos Sociais do Campo. São Paulo, Hucitec, 1989.
- MARX, K., Teoria Moderna da Colonização. In O Capital. Livro 1, Vol II, São Paulo, Difel, 1987.
- MEGGERS, B., Amazônia a Ilusão de Um Paraíso. São Paulo, Edusp, 1987.
- MINC, C. A Reconquista da Terra. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- MONBEIG, P., Os Modos de Pensar em Geografia Humana. In Boletim Paulista de Geografia nº68, São Paulo, AGB, s/d.
- MORAES, A.C.R. & COSTA, W.M. da, A Valorização do Espaço. HUCITEC, 1984.
- MOREIRA NETO, C.de A., Índios da Amazônia de Maioria a Minoria (1750-1850). São Paulo, Vozes, 1988.

- MOSCOVICI, S., La Société Contre Nature. Paris, Union Générale D'Editi n, 1972.
- MOURA, M.M. Camponeses, São Paulo,  tica, 1986.
- Os Deserdados da Terra. São Paulo, Bertrand Difel, 1988.
- Estudo da Pequena Propriedade numa área de Minas Gerais: Um Exercício de Antropologia Econ mica. In Boletim Paulista de Geografia n  71. São Paulo, AGB, 1992.
- OLIVEIRA, A.U., Modo Capitalista de Produ o e Agricultura. São Paulo,  tica, 1986.
- Amazônia, Expropria o e Conflito. Campinas, Papirus, 1987.
- Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo, Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, J.M.de, A Esperança Vem da Frente. São Paulo, FFLCH/USP, (disserta o), 1982.
- OLIVEIRA, R.C., Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, Pioneira, 1976.
- ORSENA, E., A Exposi o Colonial. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- PINTO, L.F., Amazônia: No Rastro do saque. São Paulo, Hucitec, 1980.
- POLANYI, K. A Grande Transforma o. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- PERDIGÃO, F.F. & BASSEGIO, L., Migrantes Amazônicos. São Paulo, Loyola, 1992.
- QUEIROZ, M.I.P., Varia o Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informa o Viva. São Paulo, CERU e FFLCH/USP, 1983.
- QUEIROZ, M.I.P. et all, Experimentos com Histórias de Vida. São Paulo, Vertice, 1988.
- RIBEIRO, D., Os  ndios e a Civiliza o. Petrópolis, Vozes, 1977.
- SANTOS, M., Organiza o do Espaço e Organiza o Social: O Caso de Rondônia. In Amazônia Problemas e Impasses, Rio de Janeiro, AGB, 1982.

- SANTOS, M., *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo, HUCITEC, 1988.
- SHANIN, T., *La Clase Incómoda*. Madrid, Alianza Universidad, 1983.
- SILVA, J.G da, *A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SILVA, J.P. da, *Jarus: Colonização e Campesinato*. Campina Grande, UFPb, (dissertação), 1984.
- SILVA, M.A. da, (org.), *Sistema Agrícola: Diagnóstico de Guajará Mirim*. Porto Velho, CEPÁ, s/d.
- SMITH, N., *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, M., *Galvez Imperador do Acre*. Rio de Janeiro, Ed. Brasília/Rio, 1977.
- *A Expressão Amazonense*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- *Mad Maria*. São Paulo, Marco, 1990.
- STONE, K.H., *Aspectos Geográficos do Planejamento Para Nova Colonização Rural nas Terras Setentrionais do Mundo Livre*. in: Geografia Humana nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, Forum Editora, 1970.
- TAVARES, V.P. et all, *Colonização Dirigida no Brasil: Suas Possibilidades na Região Amazônica*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Col. Relatórios de Pesquisa nº8, 1972.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V., *Colonos do Vinho*. São Paulo, Hucitec, 1984.
- (org.), Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo, ICOMÉ, 1985.
- *Matuchos, la Rêve de la Terre: Etude Sur les Processus de Colonisation Agricole et les Luttas des Paysans Meridionaux au Brésil: 1930-1984*. Paris, Université Paris X Nanterre, (These de Doctorat D'Etat), 1986.
- *O Processo de Colonização Agrícola no Brasil Contemporâneo*. Brasília, Rev. Sociedade e Estado, vol IV, nº2, jul-dez, 1989a.
- *Terra Para a Liberdade: Relações Sociais em região de Colonização*. Porto Alegre, UFRGS, 1989b.

- Crítica da Sociologia Rural e a Construção de Uma Outra Sociologia dos Processos Sociais Agrários. Caxambu, ANPOCS, 1990.
- As Novas Terras Como Formas de Dominação. In: Lua Nova nº 3, São Paulo, CEDEC, 1991.
- TEIXEIRA, C.C., Diferenciação Cultural e Conflitos: A Colonização em Rondônia. Porto Velho, UNIR, 1990. (mimeo)
- TOCANTINS, L., Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido. Rio de Janeiro, Record, 1968.
- TODOROV, T., A Conquista da América: A questão do Outro. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- THOMAS, K., O Homem e o Mundo Natural. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- TURNER, F., O Espírito Ocidental Contra a Natureza. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- VELHO, O.G., Capitalismo Autoritário e Campesinato. São Paulo, Difel, 1979.
- WAIBEL, L. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.
- WAKEFIELD, E.G., Colonização In Rev. Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, VII (3): 337-415, 1946.
- WEBER, M. A Situação do Trabalhadores Rurais da Alemanha nas Províncias do Além Elba - 1892. in: SILVA, J.G., Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- WOORTMANN, K.A.A.W., Com Parente Não se Negoceia. Brasília, UNB, s/d.
- WILKINSON, J., O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção. São paulo, Hucitec, 1986.

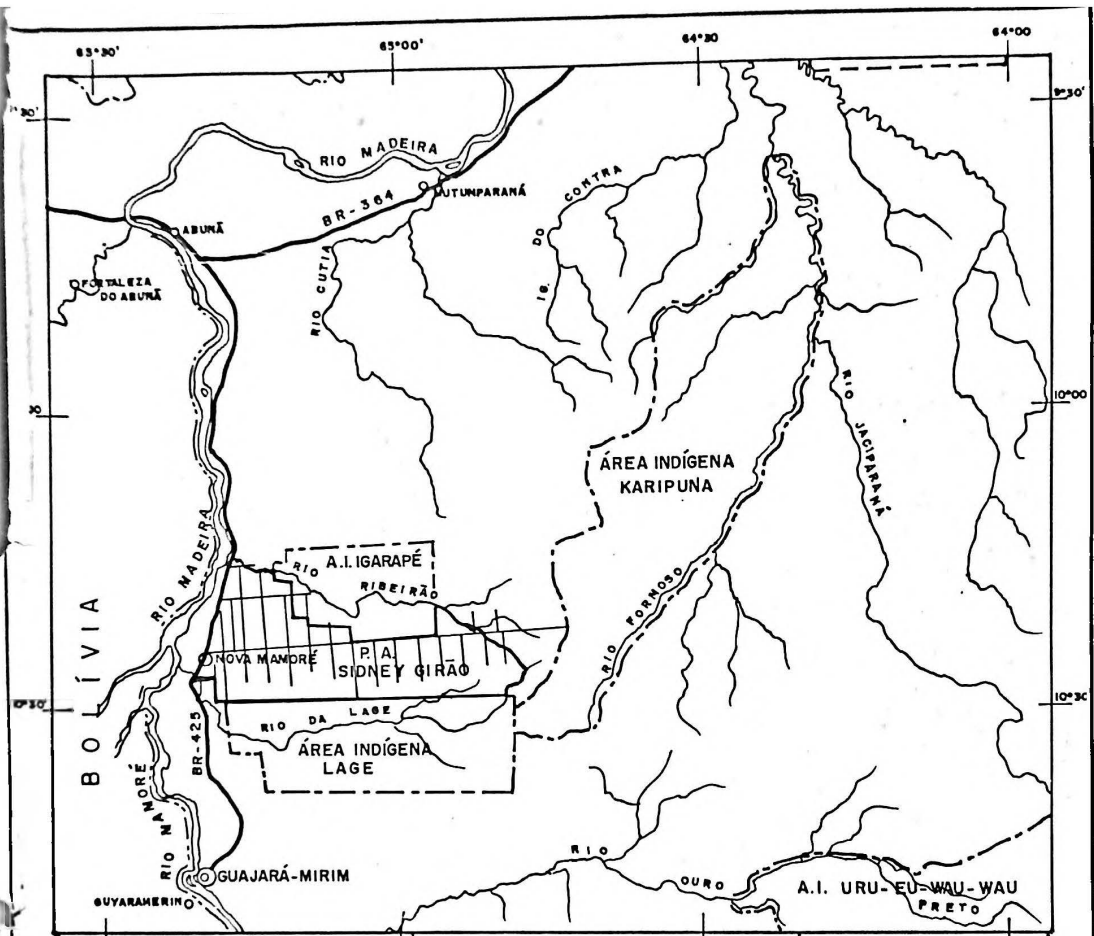
7. - GLOSÁRIO

- corrutela - é o lugar onde os garimpeiros trocam informações, local onde situa-se o butiquim (pequeno comércio que vende inclusive bebida alcoólica), lugar de dança, lugar onde passa droga, prostituição e violência.
- igarapé - na dimensão amazônica é um pequeno curso d'água corrente.
- inverno - época das chuvas, na região amazônica, período do ano caracterizado por elevado índice pluviométrico, com chuvas mais ou menos prolongadas, que duram todo o período que vai de outubro até abril.
- macaxeira - o mesmo que aipim, muito consumida em substituição ao pão, acompanhando o café, ou em cozido de carne e legumes. Com a massa crua fabrica-se a farinha e também usada em bolos.
- verão - época de estiagem, na região amazônica período caracterizado por baixo índice pluviométrico, com chuvas de curta duração e ocorrências esparsas. Vai de maio até setembro.

8 - SIGLAS:

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
NUAR - Núcleo Urbano de Apoio Rural
PAD - Projeto de Assentamento Rápido
PIC - Projeto Integrado de Colonização
PLANAFLORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste
do Brasil

ANEXOS

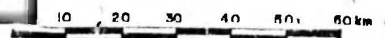


CONVENÇÕES

- RIOS E IGARAPÉS
- RODOVIAS
- CIDADES
- LIMITE INTERNACIONAL
- LIMITE INTERESTADUAL
- LIMITE DO PROJETO DE ASSENTAMENTO
- LIMITE DE ÁREAS INDÍGENAS (A.I.)

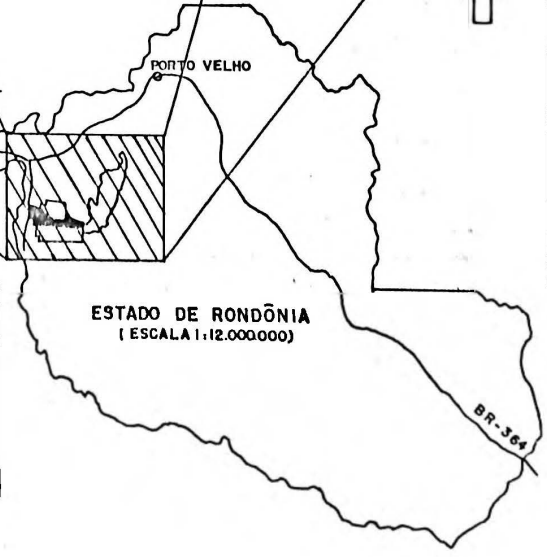


LOCALIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA) SIDNEY GIRÃO COM MÍTROFES



ESCALA 1:1.000.000

**ESTADO DE RONDÔNIA
(ESCALA 1:12.000.000)**



FONTE: MAPA ELABORADO TENDO COMO BASE MAPA DO ZONEAMENTO SÓCIO ECONÔMICO-ECOLÓGICO ANO DE 1988

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.

